



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

THAMIRES RIBEIRO GALDINO

**MERCADO DE TRABALHO INFORMAL NAS PRAIAS DE CABO BRANCO,
TAMBAÚ E MANAÍRA: REFLEXÕES SOBRE TRABALHADORES
INVISIBILIZADOS.**

JOÃO PESSOA

2022

THAMIRES RIBEIRO GALDINO

**MERCADO DE TRABALHO INFORMAL NAS PRAIAS DE CABO BRANCO,
TAMBAÚ E MANAÍRA: REFLEXÕES SOBRE TRABALHADORES
INVISIBILIZADOS.**

Monografia apresentada à coordenação do curso de Ciências Sociais, da Universidade Federal da Paraíba. Em cumprimento das exigências para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Maurício Rombaldi

JOÃO PESSOA

2022

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

G149m Galdino, Thamires Ribeiro.

Mercado de trabalho informal nas praias de Cabo Branco,
Tambaú e Manaíra: reflexões sobre trabalhadores
invisibilizados. / Thamires Ribeiro Galdino. - João Pessoa,
2022.

58 f.

Orientação: Maurício Rombaldi.

Monografia (Graduação) - UFPB/CCHLA.

1. Trabalho. 2. Informalidade. 3. Praias. 4.
precarização. I. Rombaldi, Maurício. II. Título.

UFPB/CCHLA

CDU 331.5(813.3)

THAMIRES RIBEIRO GALDINO

**MERCADO DE TRABALHO INFORMAL NAS PRAIAS DE CABO BRANCO,
TAMBAÚ E MANAÍRA: REFLEXÕES SOBRE TRABALHADORES
INVISIBILIZADOS**

Monografia do curso de bacharelado em Ciências Sociais do Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, da Universidade Federal da Paraíba. Em cumprimento das exigências para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Sociais.

Aprovada em: 20 de junho de 2022.

BANCA EXAMINADORA:



Prof. Dr. Mauricio Rombaldi – DCS/UFPB (Orientador)



Prof. Me. Aécio da Silva Amaral Júnior – DCS/UFPB (Examinador Interno)



Prof. Me. Gilberto Romeiro de Souza Júnior – PPGS/UFPB (Examinador Externo)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus por ser essencial em minha vida, por me abençoar e me tornar capaz.

Dedico este trabalho ao meu pai Airton “In Memoriam” e, a minha mãe Sousani que foram os maiores motivadores para que eu entrasse na universidade, incentivando e dando forças para que eu pudesse continuar a perseverar, sendo uma base de sustento para minha vida. A minha irmã Taiza, por ser o meu maior exemplo de dedicação, e a todos meus familiares que acreditaram no meu potencial.

Sou muito grata ao meu orientador Maurício Rombaldi pelos ensinamentos e incentivos, foi muito paciente, sempre me dando conselhos para melhor execução do meu trabalho. E apesar de terem ocorrido alguns percalços do meu aprender/fazer universitário, eu tenho a maior satisfação em poder contar com sua ajuda.

Aos trabalhadores informais das praias de Cabo Branco, Tambaú e Manaíra, que gentilmente se dispuseram e cederam parte de seu tempo de trabalho, onde cada minuto é de extrema importância, para contribuir com esta pesquisa e, assim, eu pudesse aplicar os questionários.

Agradeço à Universidade Federal da Paraíba, pela oportunidade de minha formação acadêmica, a todos professores (a) com os quais pude contar; cada um contribuíram com o meu amadurecimento e crescimento acadêmico. Aos colegas de curso, eu levo cada um, cada troca de ideia e conhecimento, na minha memória.

RESUMO

O objetivo principal dessa monografia é analisar a precariedade, a qual estão submetidos os trabalhadores informais nas praias, em João Pessoa. A informalidade é um fenômeno que se expandiu com as mudanças ocorridas no mundo do trabalho, interferindo na configuração desse mercado, desde os anos 90. O desenvolvimento do modelo capitalista faz com que poucas pessoas estejam inseridas nas condições formais de emprego. As atividades informais colaboram para manter um número significativo de pessoas ocupadas para a obtenção de renda, atendendo suas necessidades. Nesta monografia apresento uma pesquisa realizada sobre o trabalho informal desempenhado nas praias de Cabo Branco, Tambaú e Manaíra, na cidade de João Pessoa, Paraíba. Nesse estudo são identificadas e analisadas as principais atividades de trabalho informal desenvolvido nestas praias, com especial atenção para a precariedade experimentada, bem como, para o crescimento desta atividade econômica na cidade, em razão da crise econômica brasileira.

Palavras-chave: Trabalho. Informalidade. Praias de Cabo Branco, Tambaú e Manaíra. Precarização. Vulnerabilidade social.

ABSTRACT

The main objective of this monograph is go through the precariousness to which informal workers are subjected on beaches in João Pessoa/PB. Informality is a phenomenon that has expanded with the changes that have occurred in the labour world, interfering in the configuration of this market, since the 90s. The development of this capitalist model means that few people are inserted in the formal conditions of employment. These informal activities contribute to keep a significant number of people busy to obtain income, meeting their needs. This monograph approaches a research on informal work performed on Cabo Branco, Tambaú and Manaíra beaches, in the city of João Pessoa, Paraíba. This study identifies and analyzes the main informal work activities developed on these beaches, with special attention to the precariousness experienced, as well as the growth of this economic activity in the city, due to the Brazilian economic crisis.

Keywords: Work. Informality. Cabo Branco, Tambaú and Manaíra beaches. Precariousness. Social vulnerability.

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

Tabela 1: Mercadorias e serviços comercializados nas praias pelos trabalhadores informais.	27
Tabela 2– serviços e produtos comercializados pelos trabalhadores informais entrevistados nas praias.	39
Gráfico 1– Grupo etário dos trabalhadores informais entrevistados.	40
Gráfico 2– origem dos trabalhadores informais entrevistados.	42
Gráfico 3– Nível de escolaridade dos trabalhadores entrevistados.	43
Gráfico 4- Meio de transporte utilizado pelos trabalhadores informais entrevistados.	44
Gráfico 5- Renda mensal dos trabalhadores informais entrevistados.....	45
Gráfico 6– Dias da semana que os trabalhadores informais trabalham nas praias.....	46
Gráfico 7- Trabalho formal anterior dos trabalhadores informais entrevistados.....	47
Gráfico 8– Pretensão de trabalhar formalmente dos trabalhadores informais entrevistados. ..	47

LISTA DE MAPAS E FIGURAS

Mapa 1: localização dos bairros de Cabo branco, Tambaú e Manaíra	29
Figura 1: imagem de satélite das praias de Cabo Branco, Tambaú e Manaíra.....	30
Figura 2: Hotel Tambaú. Ponto turístico de João Pessoa.	33
Figura 3: Atual revitalização do Busto de Tamandaré.	34
Figura 4: Notícia sobre ação violenta da prefeitura de João Pessoa contra trabalhadores ambulantes.	52

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 CAPÍTULO 1	14
ASPECTOS DA INFORMALIZAÇÃO E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO.....	14
2.1 Trabalho informal e vulnerabilidade social	14
2.2 Mercado de trabalho e desemprego no Brasil.....	18
2.3 Alguns aspectos sobre a informalidade	21
2.4 Nordeste: região de maior incidência de informalidade e desemprego	23
2.5 Informalidade em João Pessoa.....	24
2.6 A praia como lugar de trabalho informal em João Pessoa.....	25
2.7 O turismo e o trabalho precarizado nas praias	31
3 CAPÍTULO 2	35
AS TRAJETÓRIAS DOS TRABALHADORES INFORMAS DAS PRAIAS DE JOÃO	
PESSOA.....	35
3.1 Formação das cidades para o incentivo ao turismo	35
3.2 Os trabalhadores informais e seu trabalho nas praias de Cabo Branco, Tambaú e Manaíra	39
3.3 A cidade como direito para todos	48
3.4 As restrições do trabalho informal na sociedade e pelo poder público.....	50
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	53
6 REFERÊNCIAS	55
7 ANEXO.....	58

1 INTRODUÇÃO

A informalidade é um fenômeno em expansão no Brasil, mas é um assunto muito ignorado. Segundo definido por Vassopollo (2009), a informalidade é a saída de emergência para trabalhadores atípicos. Essa expansão é oriunda das mudanças no mundo do trabalho. E isso é bastante ignorado por parte dos estudos tradicionais do trabalho, as associações públicas encarregadas das políticas de criação de emprego, tentam mascarar a realidade por meio dos números oficiais de emprego.

A construção deste trabalho de pesquisa foi justamente objetivada pela inquietação direcionada a essa hipótese de invisibilidade a qual milhares de pessoas estão submetidas no atual mundo do trabalho. Buscando por compreender o trabalho informal como segmento que compõe a classe trabalhadora na atualidade, que se transforma, se expande no meio neoliberal brasileiro.

O neoliberalismo é compreendido por Antunes (2005) como sendo:

A reestruturação produtiva da era da acumulação flexível, dotados de forte caráter destrutivo, têm acarretado, entre tantos aspectos nefastos, um monumental desemprego, uma enorme precarização do trabalho e uma degradação crescente na relação metabólica entre homem e natureza, conduzida pela lógica societal voltada prioritariamente para a produção de mercadorias, que destrói o meio ambiente em escala globalizada. (p.165)

Totalmente fora daquilo que mostra os discursos políticos e midiáticos sobre o encanto de uma sociedade igualitária e justa, porém, nossa realidade política e social é bastante diferente e comprometida por cenário de sociedade desigual e excludente. Essa sociedade está cada vez mais submersa por valores que ignoram proteção das relações de trabalho e se pautam, principalmente, pela lógica da obtenção de lucros.

A fragmentação da classe trabalhadora pode ser observada por meio da economia informal, também ligada a fenômenos como a terceirização, a subcontratação, ao trabalho temporário, ou seja, as formas de trabalho flexíveis e precárias que convivem com o desemprego estrutural. Para poder manter o emprego, é preciso estar preparado, pois, em uma situação como esta, será necessário se submeter aos absurdos de uma sociedade capitalista, isto, por ser a única maneira para garantir o sustento.

O objetivo desta pesquisa, através dos estudos das manifestações da informalidade e precarização do trabalho nas praias de Cabo Branco, Tambaú e Manaíra em João Pessoa, é

colocar o trabalho informal em debate, para compreender, mesmo que preliminarmente, suas dinâmicas e contradições.

O recurso metodológico principal utilizado nesta presente pesquisa, foi o trabalho de campo, em que foram aplicados questionários junto a trabalhadores (Anexo 1) que nos proporcionaram compreender a sua própria atividade, como também, as circunstâncias que os fizeram entrar para informalidade e as condições em que este trabalho é realizado. Com o propósito de buscar conhecer o cotidiano na informalidade, a prática laboral e espacial, o significado do seu trabalho, as condições vividas por esses trabalhadores com suas famílias, suas expectativas de vida dentro de sua ocupação e fora dela. Além do trabalho realizado em campo, também fizemos o uso de literatura direcionada à complexidade do mundo do trabalho atualmente, e nos variados campos do conhecimento sobre o tema.

Para compreender como a informalidade tem se relacionado com a área urbana das cidades brasileiras, iniciamos este trabalho debatendo sobre a concepção do mercado de trabalho informal brasileiro e seus aspectos, bem como sobre as razões pelas quais esse fenômeno tem se expandido cada vez mais, e quais as suas consequências. Nosso intuito, com esse debate, direciona-se para como, atualmente, ocorre a produção do espaço urbano e seu reflexo na reprodução na sociedade capitalista. Isto é importante para termos o conhecimento de como as variadas relações sociais de trabalho e produção se desenvolve, haja vista que o trabalho é o que permite a produção e reprodução da vida humana na terra.

Para o entendimento de como acontece a informalidade nas praias de João Pessoa, é preciso destacar alguns fatos como a revitalização destes locais, colaborando para seu aspecto atrativo. A cidade é o espaço fundamental da maior reprodução do método de acumulação, particular de uma sociedade capitalista.

Na segunda parte desta monografia estão presentes os resultados do trabalho de campo, sucedido ao longo da pesquisa. Com isso, buscamos saber como é o relacionamento deste trabalhador com o seu espaço e a cidade; como diariamente as suas práticas espaciais estão subordinadas pela informalidade do trabalho que exerce; além dos espaços das praias, quais as outras partes da cidade são adequadas para a realização do comércio. Também se problematizou sobre questões tais como as condições de moradia dos trabalhadores informais e a dissociação referente ao lugar de trabalho e o lugar de residência.

Antes de tudo, os trabalhadores informais são sujeitos que fazem parte da construção da própria cidade. Segundo a concepção de Lefèbvre (2008), é considerado característica de uma democracia direta o direito à liberdade de expressão e ao direito ao voto, porém, existe uma

forma de controle das pessoas sobre a habitação da cidade, onde cada comunidade e cada pessoa tem seu lugar para expor as suas diferenças. Os trabalhos informais se apropriam e transformam os espaços da cidade, para aumentar as possibilidades da sociedade. A apropriação desses trabalhadores está relacionada ao uso da cidade. Nessa obra o autor fala que:

O direito à cidade significa o direito dos cidadãos-citadinos e dos grupos que eles constituem (sobre a base das relações sociais) de figurar sobre todas as redes e circuitos de comunicação, de informação, de trocas. [...] Não existe realidade urbana, [...] sem um centro, sem uma reunião de tudo o que pode nascer no espaço e nele ser produzido, sem encontro atual ou possível de todos os “objetos” e “sujeitos”. (p. 32).

Para Lefèbvre, a classe trabalhadora é a principal personagem para transformação do espaço urbano, mesmo que seja informalizada e precarizada. Para o autor a cidade tem a força de reelaborar a vida socialmente.

Estes trabalhadores estão submetidos a enfrentarem desafios oriundos da ação do poder público, pois seu trabalho é alvo de repreensão contínua nas praias de turismo em João Pessoa, onde essas ações são por muitas vezes manipuladas por falsos ideários de que a cidade capitalista dispõe do direito ao trabalho formal e digno para todos os cidadãos de forma igualitária. Como também existem posicionamentos que tentam esconder a realidade, de que no mercado de trabalho formal a informalidade também está presente, bem como, mudando totalmente o cenário da atual evolução do emprego e desemprego.

É de grande importância os estudos sobre a informalização do trabalho, por ser uma atividade constante e quase invisível, é fundamental a visibilidade para essa ocupação e para esses trabalhadores, pois, se trata de um fato que atinge diretamente a vida social, e é essencial para a sobrevivência de muitos e a construção de uma sociedade realmente justa e igual.

2 CAPÍTULO 1

ASPECTOS DA INFORMALIZAÇÃO E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO.

Neste capítulo será colocado em destaque a importância do trabalho para a vida humana, analisando-se, sobretudo, como a informalização e a precarização tem se constituído enquanto marcas do trabalho contemporâneo. Colocando em debate aspectos sobre a informalidade e a complexidade dessa atividade.

Atualmente a informalidade está em constante crescimento, e tem se constituído como evidente a expressão da deterioração do mundo do trabalho a qual estamos submetidos. A atual configuração do mundo do trabalho, se caracteriza como um grande desafio para todos os brasileiros, pois, será necessário grande esforço para enfrentar a crise do capital e com ela as mais variadas formas de precarização das condições e relações de trabalho.

2.1 Trabalho informal e vulnerabilidade social

Os estudos sobre a informalidade no mercado de trabalho do Brasil começaram a ter maior impulso na década de 1970, principalmente com as realizações das pesquisas domiciliares feitas pelo Instituto Brasileiro de Pesquisa e Estatística- IBGE, conseguindo, dessa forma, ter um maior conhecimento sobre as informações e, em 1997, foi estabelecida a Pesquisa de Economia Informal Urbana- ECINF, também feita pelo IBGE, a primeira pesquisa voltada para a avaliação das características da informalidade. (CACCIAMALI, 1983).

Sabemos que o trabalhador informal ambulante e as condições precárias as quais são submetidos, são uma marca histórica do nosso país. Esse trabalhador compõe a sociedade e é uma grande representação da redução da oferta de emprego que o Brasil vem enfrentando desde a década de 1970. Essa redução de empregos tem piorado em razão do processo de reestruturação produtiva que ganhou velocidade na década de 1990. Na conhecida “Era Collor” as medidas empregadas pelo governo brasileiro em relação ao trabalho, acarretaram resultados prejudiciais para a criação de empregos formais ou a manutenção desses, destacado por Malaguti (2000):

Em uma economia subdesenvolvida, a abertura comercial, sem controle da inflação, conduz apenas a um processo de falências, absorções e fusões empresariais,

incentivando uma crescente monopolização do parque produtivo instalado no país. Neste contexto, boa parte do valor do capital produtivo das empresas não-monopolistas dirige-se para o mercado financeiro, evitando riscos desnecessários em projetos de médio ou longo prazos (investimentos). As unidades monopolistas, por sua vez, retardam a modernização de seus equipamentos, o progresso tecnológico e os novos investimentos. Além disso, com a monopolização crescente da economia, o próprio Estado vê enfraquecidas suas possibilidades de intervir nos mecanismos de mercado e sustentar uma demanda e uma acumulação declinantes. Com um mercado consumidor retraído pelo a) processo de falências –desemprego, desinvestimento produtivo, maiores prazos de renovação dos equipamentos, inibição das receitas fiscais e tributárias etc. – e pelos reflexos de uma b) progressiva monopolização de seus principais setores, a economia tende a estagnar. (p. 26-27).

De modo geral, as pessoas que constituem a maior parte da população que se encontra em situação de vulnerabilidade social, tem baixo nível de escolaridade ou apresentam outra característica que os colocam em desvantagem no mercado de trabalho, tais como os trabalhadores mais velhos ou as mulheres. É para estes grupos, sob condições desiguais, que o trabalho informal se torna, na maioria das vezes, a única oportunidade para conseguir renda. Procurando uma atividade na qual consigam exercer por conta própria, e um lugar livre para colocar em prática esse trabalho, dessa forma, a praia se torna o ambiente propício.

O desemprego estrutural e tecnológico oriundo das mudanças da ordem neoliberal empregadas no país, que teve início, sobretudo, a partir da década de 1990, como também, a informalização do trabalho, que cada vez vem se tornando mais evidente, está atrelado com a precarização do trabalho e a exclusão social. Para Conserva e Araújo (2008), “a crise dos modelos nacional e desenvolvimentista em geral legou enormes bolsões de informalidade e miséria metropolitana, avolumando estruturalmente o fenômeno da informalidade e da exclusão” (p. 76).

Fazendo referência para as mudanças de ordem socioeconômica no país no tempo que se refere, Antunes (2005) observa que:

O neoliberalismo e a reestruturação produtiva da era da acumulação flexível, dotados de forte caráter destrutivo, têm acarretado, entre tantos aspectos nefastos, um monumental desemprego, uma enorme precarização do trabalho e uma degradação crescente na relação metabólica entre homem e natureza, conduzida pela lógica societal voltada prioritariamente para a produção de mercadorias, que destrói o meio ambiente em escala globalizada. (p. 165).

No Brasil, o crescimento da informalidade tem ligação direta ao processo de reorganização produtiva, que compõe as políticas neoliberais e, por esse motivo, as atividades

informais, atualmente, tem mudado seus aspectos e se tornado mais expansiva, em relação com os anos anteriormente. Hoje, a informalidade do trabalho é estabelecida pelas condições da produção capitalista, sendo dependente e submisso as vias do setor formal. Ou seja, atualmente, o trabalho por conta própria, na maioria dos casos, está pautado no descaso dos governantes, na precariedade, etc., visto mais facilmente e em maior quantidade hoje, do que antes. Essa manifestação de grande disseminação das atividades informais de trabalho, tem sua maior visibilidade nos anos de 1990. Segundo Ramos (2002), o crescimento dos vínculos informais de trabalho é um dos aspectos mais relevantes neste período de importantes mudanças no meio econômico do Brasil. As alterações na formação setorial do emprego também permitem a justificativa para tornar claro o relevante crescimento das atividades informais no mercado de trabalho brasileiro.

Hoje em dia a configuração do mundo de trabalho necessita ser estudada minuciosamente, para poder explicar as condições problemáticas desse meio. Os estudos da informalidade podem auxiliar na análise do mundo do trabalho atual, pois, essas atividades estão emergidas por dificuldade complexas, a qual é algo marcante de sua característica, como também por sua tendencia de expansão. Para Antunes (2005), os trabalhadores que estão inclusos na chamada “economia informal”, representam uma camada de trabalhadores que precisa encarar grandes desafios neste momento da história, devido a enorme fragmentação desse ser social e a complexidade vivenciada por eles.

Ao analisarmos as transformações no mundo do trabalho atualmente, percebemos que houve uma fragmentação da classe trabalhadora, aumentando-se as desigualdades, a pobreza e exclusão social, a precarização do trabalho, desregulamentação dos direitos trabalhistas, desigualdade de salário, aumentou o desemprego, a valorização do capital, dentre muitos outros.

Sobre a atualidade Vasapollo (2007) observa que apesar de estar se instaurando um novo sistema econômico e produtivo, tendo como objetivo aumentar e variar os modelos de organização do trabalho e produção, porém, o direcionamento permanece o mesmo, no qual o foco está no: “trabalho dependente, assalariado, com lógicas cada vez mais desenfreadas de exploração, com extração maciça da mais-valia absoluta e relativa.” (p. 11)

Para Marx (1996), o trabalho admite fabricar o produto para a venda, mas também que o homem e o trabalho sejam mercadorias a serem vendidas. Nesse sistema do capitalismo, quanto mais o trabalhador produz, mais distante ele fica de adquirir o produto produzido, pois, esse objeto ficará sob controle do capitalismo. Existindo um desgaste excessivo do trabalhador para tornar mais rico o capitalismo e não a si. Marx deixa claro que o capitalismo não está

voltado a suprir as necessidades básicas dos trabalhadores, o que implica em não proporcionar salários adequados para que essas pessoas usufruam de uma boa qualidade de vida, condições de trabalho ideais com menos exploração, pois, a essência do capitalismo está na exploração para ampliação dos lucros.

Essa exploração da força de trabalho torna-se prejudicial à vida e aos direitos dos trabalhadores, sejam informais ou até mesmo formais. Ao observar a dura realidade vivenciada pelos trabalhadores que estão dentro da informalidade do sistema, um fato agravante da vulnerabilidade desse trabalhador é a parca existência de políticas de representação de classe como associações, sindicatos ou outras representações de trabalhadores informais. A este respeito, os trabalhadores informais entrevistados para esta pesquisa, em João Pessoa, nas praias de Cabo Branco, Tambaú e Manaíra, estão trabalhando sem nenhum amparo trabalhista, uma vez que, são trabalhadores autônomos, que segundo dados obtidos nesta pesquisa, não fazem sua integralidade, qualquer contribuição à Previdência Social. Infelizmente, este não é um caso isolado, mas uma realidade de todo Brasil, em que pessoas trabalham sem seus direitos vinculados ao trabalho assegurados. Dessa forma, é possível observar que a informalidade está indo em rotas contrárias às conquistadas por tantas batalhas travadas por trabalhadores com vínculos formais de emprego. A partir da constituição de 1988, no Brasil, direitos que foram adquiridos, simbolizaram melhorias em termos de condições de trabalho, mesmo que ainda estes direitos não sejam realmente os essenciais e merecidos pela classe trabalhadora. No entanto, o pouco de segurança que a condição formal de trabalho apresenta hoje, é totalmente inexistente nas atividades informais, tornando evidente a crise estrutural a qual está imerso o sistema capitalista.

Trabalho informal para a maioria dos trabalhadores, significa precariedade, instabilidade e, desproteção social, mesmo que seja o único meio para sua sobrevivência. As atividades informais ocorrem nos mais variados setores econômicos. O trabalhador informal é aquele caracterizado por não possuir vínculos empregatícios, não tem acesso aos direitos trabalhistas, como previdência social, férias e remuneração fixa.

O meio econômico e político são influências para a expansão da informalidade no trabalho, principalmente a partir de década de 1990, logo depois da inclusão da ideologia neoliberal nas relações de mercado, resultando na flexibilidade e a precarização do trabalho. A reestruturação produtiva também produz efeitos negativos, já que a tecnologia na produção diminui a quantidade de empregados formalmente.

2.2 Mercado de trabalho e desemprego no Brasil

As mudanças que estão acontecendo na economia têm prejudicado totalmente a sociedade, principalmente, no mundo do trabalho. Ao passar das últimas décadas esse processo vem prejudicando os vínculos e as condições de trabalho, especialmente, a vida dos trabalhadores em todas as formas, pois, o trabalho tem ligação direta com as relações sociais e do convívio em sociedade.

Os trabalhadores informais se encontram em situações de vulnerabilidade, com padrão de vida baixo, para a classe trabalhadora, à margem de toda organização legal, da regulamentação e muito longe da proteção social proveniente pelo contrato de trabalho, também não está dentro do processo de organização política da classe trabalhadora, porém, segundo Antunes (2009) constituem a classe trabalhadora:

[...] os trabalhadores assalariados da chamada 'economia informal' que muitas vezes são indiretamente subordinados ao capital, além dos trabalhadores desempregados, expulsos do processo produtivo e do mercado de trabalho pela reestruturação do capital e que hipertrofiaram o exército industrial de reserva, na fase de expansão do desemprego estrutural (p.103-104).

Por ser consequência do desemprego estrutural e das mudanças no sistema capitalista, que ocasionam na redução dos trabalhadores industriais, tem aumentando não apenas o setor de serviços e comércio, mas, o número de trabalhadores informais desempenhando essas atividades.

Frequentemente as relações de trabalho passam por mudanças importantes pelo sistema capitalista. Com o surgimento de novas descobertas tecnológicas, são geradas atividades que exijam maiores especializações, mas, também o desaparecimento de muitas atividades, o que aumenta o desemprego e intensifica desigualdades econômicas e sociais.

A execução de novos conceitos responsáveis pelas novidades que são frutos dessas mudanças, interferem na economia, no cotidiano das pessoas, entre outros. Para Pochmann, “o debate atual sobre globalização sustenta-se sobre argumentos divergentes quanto à perspectiva de emprego, possibilitando encontrar interpretações contraditórias, que indicam tanto otimismo como pessimismo” (2001, p. 11).

Como Santos (2000) descreve sua concepção sobre trabalho:

A concepção de trabalho, assim como de desemprego, modifica-se ao longo dos tempos e está muito atrelada ao desenvolvimento das forças produtivas e das diferentes formas de reestruturação destas. Isto comprova que o debate sobre a essência e a autonomia do trabalho não está esgotado, e jamais o será, sobretudo pela característica polissêmica do trabalho (p. 55).

Segundo Jakobsen et al (1996), na década de 1970 foram adotadas alternativamente duas dimensões ocupacionais do mercado de trabalho brasileiro, conhecidas como organizado e não-organizado. O segmento organizado compreende a parte da área de trabalho mais homogêneo, produzidos por empresas com características capitalista, ou seja, empregos formais assalariados. Já o segmento não-organizado é aquele das formas de trabalho mais heterogenias, não possuindo características formalizadas. Sendo uma particularidade das economias subdesenvolvidas.

Com o problema da crise econômica, havendo como resultado o decorrente aumento do desemprego, foram identificadas muitas formas precárias de ocupação, muitas vezes, como caminho para uma possível inclusão social da parcela de pessoas que se encontram excluídas da sociedade. Porém, com o surgimento dessas novas formas de trabalho e remuneração, vieram junto, a alta precarização do trabalho e preconceito para com esses trabalhadores, com isso, o processo de exclusão social teve um maior aumento em relação ao da inclusão social.

Afirma Malaguti (2000):

Variáveis econômicas tão genéricas pouco nos dizem sobre as condições concretas da vida da população brasileira. Por exemplo: o crescimento do PIB – Ou do PIB per capita – nada nos diz sobre a geração de empregos ou a distribuição efetiva dos rendimentos (por ser uma média, um crescimento espantoso do PIB per capita pode coabitar, por exemplo, com salários decrescentes); um orçamento público deficitário nada nos informa sobre a aplicação da receita governamental (o déficit pode ter sido gerado tanto para sanear bancos quanto para a construção de hospitais e escolas); as altas taxas de juros tanto atraem o capital internacional (acréscimo de capitais voláteis) quanto oneram o Tesouro Nacional (diminuição do estoque de divisas). Da mesma forma, a simples estabilidade dos preços pouco nos permite afirmar sobre as variações dos salários ou dos rendimentos das várias ocupações (podendo coexistir inflação zero com arrocho salarial). (p.33-34)

O problema do desemprego foi gerado pela crise financeira, pelas mudanças ocorridas no mundo do trabalho, as várias dificuldades pela movimentação do mercado, tornou mais forte as questões de disparidade social e de renda, e também a intensificação do desemprego à nível mundial. O mercado de trabalho, desde o começo da década de 1990,

tem sofrido forte impacto negativo decorrente do baixo crescimento da economia brasileira e da reestruturação produtiva. A taxa de desemprego aumentou e se mantém em níveis elevados, a ocupação industrial despencou, os empregos de boa qualidade foram reduzidos, as exigências para a contratação de assalariados cresceram, o salário real médio se contraiu e a auto-ocupação (ou auto-emprego) tem mostrado trajetória ascendente (PAMPLONA, 2004, p. 312).

A década de 1990 teve um grande simbolismo para a economia nacional por suas transformações demasiadas no mundo do trabalho, contribuindo com o aumento das desigualdades econômicas e sociais, associando, de início, o desemprego a pouca qualificação dos trabalhadores, à estabilização monetária, o rigor do mercado de trabalho, etc. Porém, essa associação ao decorrer do período se tornou incoerentes à medida que o desemprego ficou em escala nacional, mesmo com o aumento da capacitação dos trabalhadores, das normas direcionadas para a flexibilização do mercado de trabalho, e de uma certa volta do nível de atividades (POCHMANN, 2001).

A desorganização do mundo do trabalho fez com que ocorresse o aumento do mercado de trabalho informal, a acumulação do capital se tornando mais importante que o bem estar social, entre outros, tudo isso motivado pelo capitalismo. O trabalho informal é um fenômeno que se espalhou pelo mundo, sendo resultado do modelo de desenvolvimento capitalista, consequentemente, não permitindo que todas as pessoas estejam dentro das condições formais do trabalho.

Segundo CACCIAMALI (2000):

A economia informal pode representar fenômenos muito distintos, como a evasão e sonegação fiscais; terceirização; microempresas, comércio de rua ou ambulante; contratação ilegal de trabalhadores assalariados nativos ou migrantes; trabalho temporário; trabalho em domicílio, etc. Essa compreensão díspar, contudo, representa um denominador comum no imaginário e na comunicação entre as pessoas: são atividades, trabalhos e rendas realizadas desconsiderando regras expressas em lei ou em procedimentos usuais. Assim, as recorrentes menções a este tema no momento presente refletem as dificuldades que as organizações, os indivíduos e o coletivo social vêm enfrentando para superar, com as regras legais vigentes ou os procedimentos-padrão, as mudanças estruturais econômicas, políticas e sociais em andamento (p. 155).

Devido a grande maioria das atividades informais não estarem incluídas de forma formal ao capitalismo, isso não indica que não sejam afuncionais para o sistema, pelo contrário, fazem parte e estão subordinadas a sociedade capitalista. O que é constatado por Tavares: “A

subordinação do trabalho ao capital não se explica apenas na relação empregador/empregado, mas em todas as formas de trabalho na sociedade capitalista” (2002, p. 68).

Por mais que a disponibilidade de trabalho tenha avançado, é perceptível que nos últimos 25 anos não foi compatível com o pouco desenvolvimento da economia brasileira, tal situação que resultou em desemprego e sendo prejudicial a estrutura ocupacional (POCHMANN, 2006).

Progressivamente as sociedades vêm percebendo que o novo modelo de produção torna mais grave a exclusão social, sendo confirmado pela flexibilização do trabalho e o aumento coletivo do desemprego formal.

O crescimento da informalidade traz consigo problemas previdenciários dos trabalhadores que estão inseridos nessas atividades. A vulnerabilidade se intensifica em razão de que trabalhadores do setor informal, ao não contribuírem para a previdência, seja ela privada ou pública, não têm direitos a benefícios em momentos que não estejam possibilitados de trabalhar, como por exemplo, por motivos de saúde, acidentes, etc., não ter o direito a desfrutar de férias, Além de, não ter direito à aposentadoria, tornando mais preocupante as condições desse trabalhador.

2.3 Alguns aspectos sobre a informalidade

As transformações ocorridas no mercado de trabalho, fez com que originasse uma desregulamentação do trabalho. Consequentemente, havendo aumento da informalidade nas relações de trabalho, grande aumento do setor terciário, precarização das áreas de trabalho, crescimento do desemprego, entre outros.

Segundo Silva (2001) o termo “setor informal” começou a ser usado em 1972, no Programa Mundial de Emprego, nas pesquisas sucedidas pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), que teve como foco Gana e Quênia, na África, pois, foi comprovado que o problema central destes países não estava no desemprego, e sim no alto número de pessoas vivendo de trabalhos sem nenhuma regulamentação das autoridades públicas.

Também foi indicado a existência de duas formas de mercado de trabalho funcionando ao mesmo tempo, que seria o setor formal, como tendo exigências para sua entrada, mão-de-obra qualificada, atuando em mercados extensos e protegidos por tarifas e cotas, extensa escala de produção, etc. A outra forma de mercado de trabalho é o setor informal, caracterizada por

não ter existência de barreiras para sua entrada, produção intensiva em trabalho, competição de mercados, de forma não regularizada, etc. (Silva et al, 2002).

De acordo com Jakobsen et al (1996), surgiram outras expressões para identificar as atividades informais, como: “setor não organizado”, “economia subterrânea”, “setor não-estruturado”, “setor não protegido”, economia submersa”, etc. Todavia, tudo que não era formalizado, ficou apropriado nomear de “informal”.

Jakobsen et al (1996), afirma que no Brasil a informalidade é apontada como uma “economia subterrânea”, que tem característica de produção, de serviços e bens não repassados para o governo. A informalidade é um fenômeno presente no país, responsável pela maior parte da força de trabalho brasileira.

A caracterização econômica do setor informal se dá pelos mercados competitivos e sem regulamentação, pequena escala de produção e poucos empregos que exijam técnicas, ou seja, a grande parte da mão-de-obra é desqualificada, de pequena renda e empregos inseguros. “O setor também se caracteriza pela falta de acesso a financiamentos e créditos normalmente disponíveis ao setor formal e pela baixa capacidade de acumulação de capital e riqueza” (JAKOBSEN et al, 1996, p. 16).

O setor informal abrange várias categorias, incluindo as pessoas que trabalham assalariadas, mas sem carteira assinada. Jakobsen et al (1996), apresenta as descrições a seguir para essas categorias:

Assalariado: é o trabalhador que tem vínculo empregatício caracterizado pela legislação vigente, com ou sem carteira de trabalho assinada. Sua jornada de trabalho é prefixada pelo empregador e sua remuneração normalmente é fixa, sob forma de salário, ordenado ou soldo, podendo incluir adicionais por tempo de serviço, cargos de chefia, insalubridade e periculosidade. Inclui também o indivíduo que presta serviço religioso, assistencial ou militar obrigatório com alguma remuneração.

O autônomo ou por conta própria: explora seu próprio negócio ou ofício e presta seus serviços diretamente ao consumidor ou para determinada(s) empresa(s) ou pessoa(s). Subdividindo em: 1) autônomo para empresa, onde é o indivíduo que trabalha por conta própria exclusivamente para determinada(s) empresa(s) ou pessoa(s), mas não tem uma jornada de trabalho prefixada contratualmente, nem trabalha sob o controle direto da empresa, tendo, portanto, liberdade para organizar seu próprio trabalho (horário, forma de trabalhar e ter ou não ajudantes). E, 2) autônomo para o público, onde é identificado como a pessoa que explora seu próprio negócio ou ofício, sozinho ou com sócio(s) ou ainda com a ajuda de trabalhador(es) familiar(es) e eventualmente tem algum ajudante remunerado em períodos de maior volume de trabalho.

Empregador. Este é identificado como a pessoa proprietária de um negócio e/ou empresa ou que exerce uma profissão ou ofício e tem normalmente um ou mais empregados assalariados, contratado(s) de forma permanente. Destaca-se também o dono de negócio familiar.

Empregados domésticos: indivíduo que trabalha em casa de família, contratado para realizar serviços domésticos. Pode ser mensalista ou diarista. O primeiro caso refere-se ao empregado que recebe salário mensal e o segundo, a pessoa que trabalha em casa de uma ou mais famílias recebendo remuneração por dia.

Trabalhador familiar, a pessoa que exerce uma atividade econômica em negócios ou no trabalho de parentes sem receber um salário como contrapartida, podendo, no entanto, receber uma ajuda de custo em dinheiro ou mesada. (p.8)

A precarização do trabalho não é restrita às atividades informais, mas também está relacionada ao aumento do desemprego, que, no entanto, resulta em empregos provisórios e inseguros. O mercado de trabalho brasileiro é formado por um grupo de trabalhadores especializados, que estão em ocupações formais e com renda fixa, porém, isso não quer dizer que o salário ganho possa suprir todas as necessidades, ocasionando também em uma forma de precarização do trabalho. E no outro lado se encontra a massa de trabalhadores com baixa qualificação, com pequenos salários, em trabalhos precários e distantes da formalidade.

2.4 Nordeste: região de maior incidência de informalidade e desemprego

A informalidade no Brasil é ainda algo muito forte, segundo dados do IBGE, alcançando a marca de 40,7% no quarto trimestre em 2021, havendo uma pequena queda para 40,2% no começo de 2022, mas ainda continua um número significativo. No país a região Nordeste tem altos índices de desemprego e informalidade no mercado de trabalho, como também grandes disparidades econômicas e sociais em relação as outras regiões.

As desigualdades existentes nas regiões, permitem ser explicadas pela desigualdade do desenvolvimento e pelo capitalismo no país. A reprodução do capital corresponde suas particularidades às regiões com desenvolvimento em níveis que se distinguem em relação as demais. Oliveira (1977) ressalta que a divisão regional por meio da produção, permite entender os entrosamentos inter-regionais e as oposições que tem sua origem nas desproporções entre as relações de produção e na acrescida reprodução do capital. A região Centro-Sul está em crescimento e a Nordeste está parado, essas diferenças atribui uma nova definição a divisão regional do trabalho, ficando comprovado como divergência regional.

A característica da dinâmica do capitalismo nacional, faz com que aconteça essa estagnação na região Nordeste, visto que, depois do período de 1930, “à expansão do sistema capitalista no Brasil tem seu lócus na região Centro-Sul comandada por São Paulo, o ciclo toma espacialmente a forma de destruição das economias regionais, ou das” regiões” (OLIVEIRA,

1977, p.65-6). Foi observado um método argumentativo para ocupação dos excessos que foram produzidos em outras regiões, tendo como consequência uma concentração de capital, nas regiões pouco desenvolvidas ocorreu a extinção de capitais, e manifestando o engrandecimento nacional do capital. Ou seja, caracterizam esse método o fechamento de fábricas, a superioridade da região Centro-Sul, etc. fortalecendo as desigualdades provocadas pelas diferenças de acumulação do capital.

Para Oliveira (1977), a superintendência de Desenvolvimento do Nordeste-SUDENE, fez com que apressasse a ruína da economia nordestina. O plano para a economia nordestina foi mudado pela integração planejada, transformando recursos em capital, colaborando para o aumento capitalista do Centro-Sul. Por causa dessa situação, estabeleceu um movimento exclusivamente para o Nordeste, atingindo seus níveis socioeconômicos.

Para Furtado (1989) as ações da SUDENE tinham aprovação das forças governantes do Centro-Sul, com o intuito de efetuar transformações estruturais na região Nordeste, todavia, a evolução do nordeste faria com que novos mercados fossem fundados, beneficiando as atividades industriais da região Centro-Sul.

Principalmente no Nordeste, o trabalho informal se mostra em destaque nos grupos de jovens, pelo fato de não terem experiência ou qualificação suficiente para o mercado de trabalho formal, buscam oportunidade do primeiro emprego nessas atividades. Outro grupo que o trabalho informal tem grande evidência é na população idosa, pois, por não estarem mais dentro do ciclo produtivo, encontram na informalidade uma forma para se obter renda ou para complementação de renda, visto que, muitos desses idosos são aposentados ou pensionistas.

O problema do desemprego e da informalidade no Brasil se concentra principalmente nas regiões Norte e Nordeste, pois, essas regiões são desprezadas pelas políticas nacionais de emprego e renda, pelo fato dos seus aspectos econômicos e sociais não se igualarem com os das regiões de maior poder econômico do país, ou seja, locais priorizados por essas políticas.

2.5 Informalidade em João Pessoa

A partir dos primeiros estudos voltados para a situação da informalidade como sendo forma de trabalho, tem se tornado evidente o trabalho ambulante nos centros das cidades. Os shoppings populares em João Pessoa encontram-se uma grande parte desses trabalhadores, porém, quando não se havia a existência desses locais, as ruas do centro da cidade eram

ocupadas por ele. Hoje em dia ainda é visto muitos trabalhadores informais com suas barracas, carrinhos, etc. pelas ruas de comércio.

O local mais importante para o funcionamento do comercio ambulante é a cidade, os trabalhadores utilizam sua extensão para exercer seu trabalho, e também para as práticas do dia-a-dia. Uma grande parcela dos trabalhadores que estão na informalidade, vendendo mercadorias e serviços em João Pessoa, o fazem pela orla da cidade, nas praias, nas ruas do centro ou nos bairros e locais que tenham um fluxo mais intenso de pessoas.

A fundação dos camelódromos, tornou ainda mais precária a situação dos informais, pois, o que serviria para dar mais comodidade para os vendedores, se tornou em algo com uma maior concorrência, dificultando a venda das mercadorias para alguns que ali estão. Atualmente estas são as circunstâncias vivenciada no Shopping Centro Terceirão, nos mercados públicos de João Pessoa.

Com o passar dos tempos ocorreu também aumento populacional na cidade de João Pessoa, implicando em buscas cada vez maiores por emprego, pela inserção no mercado de trabalho. Sabendo que, não somente a população local busca trabalho na capital paraibana, como também pessoas vindas de outras regiões, e principalmente de outras cidades da Paraíba. Pessoas estas, que estão à procura de melhoria de vida, pois, cidades do interior, principalmente do sertão, não oferecem muitas oportunidades, tanto de estudos, quanto de empregos. Dessa forma, reforçando a necessidade de criação de novos postos de trabalho e renda, além de ocupações apropriadas para a comunidade ter garantias a uma boa qualidade de vida.

Como a produção de emprego formal é bem menor do que o número de pessoas desempregadas, a informalidade acaba sendo uma forma de saída para milhares de pessoas que se veem sem emprego. Contudo, as consequências sociais para uma solução, tem resultados muito danosos a classe trabalhadora. E as transformações ocorridas no modelo de trabalho, com foco na informalidade, atingiu trabalhadores em alta escala, dando indícios de agravamento e que irá se consolidar. Nas grandes cidades brasileiras, a quantidade de trabalhadores que estão dentro da informalidade é equivalente à metade das suas populações (JACKOBEN; MARTINS,2000).

2.6 A praia como lugar de trabalho informal em João Pessoa

As praias de João Pessoa são conhecidas por serem consideradas de grande atração para o lazer. Atraindo turistas e sendo um grande incentivo para a economia da cidade. Existe toda

uma publicidade, fazendo com que chame a atenção de um público cada vez maior, não somente moradores locais, como também de outras cidades. Com as praias cheias, fica propício para o trabalhador informal, ambulantes, que vão até esses locais em busca de consumidores para suas mercadorias e serviços. São trabalhadores que vendem serviços de aluguel de guarda-sol, cadeiras, passeio e, etc. são diversos vendedores do gênero alimentício e também de acessórios, entre outros.

Para Ramos (2009) cresceu nesses espaços o hábito de ir à praia como “formas de conduta à beira-mar, práticas esportivas, maneiras de vestir-se, de pensar, de agir, de morar e de consumir. As sociedades das praias possuem suas próprias formas e normas.” (p. 13). E o trabalho informal ambulante se expandiu participando dessa cultura. Antigamente, o trabalho ambulante era apenas nas ruas, com o passar dos tempos a população passou a frequentar mais as praias, indo junto as atividades informais.

Os locais de comercialização dos trabalhadores informais nas praias de Cabo Branco, Tambaú e Manaíra, são praias urbanas, que estão situadas em bairros de alto padrão, de um grande número de edifícios residenciais e comerciais, bem como de espaços destinados a serviços relacionados ao turismo. Das orlas de João Pessoa, essas são as praias mais frequentadas, principalmente, Cabo Branco e Tambaú, pelas suas atrações turísticas, como exemplo, o novo espaço do Busto de Tamandaré, a Estação Cabo Branco, Farol do Cabo Branco, Hotel Tambaú, Feirinha de Artesanato de Tambaú, etc. Portanto, as atividades informais se mostram mais intensamente nesses lugares.

Do estado da Paraíba, as praias de Cabo Branco e Tambaú são as mais conhecidas, o centro do turismo, como também os empreendimentos imobiliários de alto padrão em casas e prédios, estão nesses locais.

Assim como destacado por Lefèbvre (2008): “através dos lazeres foram conquistados o mar, as montanhas e até os desertos. A indústria dos lazeres se conjuga com a da construção para prolongar as cidades e a urbanização ao longo das costas (...)” (p. 9). O empossamento para a utilização deste ambiente é algo com característica fundamental numa sociedade que tem por finalidade reproduzir uma forma de riqueza abstrata. E a utilização feita desse ambiente, no caso, a praia, está associado a um conjunto de interesses comerciais, que envolve um número imensurável de trabalhadores informais e de trabalhadores “formalizados”.

Uma significativa parte dos produtos vendidos nas praias são da própria produção dos trabalhadores, com a participação dos seus familiares, usando como exemplo a pesquisa realizada com o vendedor de salgados (a esposa faz os salgados para que ele venda), o vendedor

de Drinks (ele e a esposa preparam os drinques), um dos vendedores de picolé (ele mesmo fabrica o produto) e o vendedor de camarão, que o próprio realiza a pesca. Isso levando a informalidade a um nível maior do que é visto pelas praias. Na tabela abaixo apresenta-se alguns dos produtos e serviços que estão em comercialização pelos trabalhadores informais, que foram observados na pesquisa de campo

Tabela 1: Mercadorias e serviços comercializados nas praias pelos trabalhadores informais.

Mercadorias	Serviços
Água de coco	Aluguel de guarda-sol e cadeiras
Água	Aluguel de bicicletas
Óculos de sol	Aluguel de buggy
Biquínis	Aluguel de quadriciclo elétrico
Saídas de Praia	Passeio turístico
Artesanato alternativo	Passeio de barco
Bijuteria artesanal	Flanelinhas
Chapéu	
Bolsas artesanal	
Ovo de codorna	
Amendoim	
Picolé	
Sorvete	
Castanha-de-caju	
Refrigerante	
Cerveja	
Sucos	
Drinks	
Camarão	
Ostras	
Salgados	
Sanduíche natural	

Salada de fruta	
Cocada	
Cachorro quente	
Hamburger	
Batata frita, etc.	
Trufas	
Brinquedos	
Espetinhos	

Fonte: Elaboração própria.

Mapa 1: localização dos bairros de Cabo branco, Tambaú e Manaíra



Fonte: SEPLAN/PMJP

Figura 1: imagem de satélite das praias de Cabo Branco, Tambaú e Manaíra



Fonte: SEPLAN/PMJP

As praias são frequentadas pelas pessoas para as atividades de lazer. A procura por esses espaços para o divertimento das pessoas, surgiu a partir do século XVIII, na Europa, onde começou a prática pelos banhos de mar, essa predominância cultural se espalhou por todo Ocidente, fazendo parte do hábito da população (RAMOS,2009). A procura por esses espaços está ligada a busca por moradias, construções. Portanto, essas procuras também se vinculam ao método do capital, tanto imobiliário, quanto turístico. E por muitas vezes, as transformações infra estruturais tem prejudicado esses espaços, causando resultados danoso.

2.7 O turismo e o trabalho precarizado nas praias

As normas do capitalismo comandam a todo tempo a vida humana. Em uma sociedade onde o descanso e as fontes de lazer é aproveitado para obtenção de lucros por aqueles que trabalham no momento no qual pessoas se divertem, não existe a palavra folga. O conhecido momento de descanso, é o momento de muita obrigação na sociedade, no qual, a humanidade é submetida. Então, surge o turismo na sociedade capitalista, para ocupar os momentos que seriam de repouso.

Segundo Ouriques (2005):

A verdadeira base de sustentação do turismo, como qualquer atividade econômica, está no trabalho (quer dizer, na exploração da força de trabalho). Afinal de contas, toda a infraestrutura de transportes, equipamentos de lazer e acomodação, todos os setores ligados à estruturação turística, enfim, fundamentam-se no trabalho e no consumo do turista. (p. 20)

A utilização desses espaços existe uma enorme problemática envolvida. Os trabalhadores informais que estão em atividade nas praias, muitos moram em outros bairros distantes, bairros periféricos e até em outras cidades. E nesse mesmo lugar é ponto de hospedagem e moradia para pessoas de classe alta. Torna evidente a separação, a discriminação pela qual os trabalhadores informais tem que enfrentar. Assim como entende Lefebvre (2008, p.14), “o método para abordar os problemas do espaço não pode consistir unicamente num método formal, lógica ou logística; analisando as contradições do espaço na sociedade e na prática social, ele deve e pode ser, também, um método dialético”. A praia para os residentes, turistas e hospedados nas suas proximidades, é um lugar de lazer, mas para os informais é lugar de trabalho.

Lefebvre (2008) argumenta:

[...] assim como as cidades novas, são dissociados da produção, a ponto de os espaços de lazeres parecerem independentes do trabalho e “livres”. Mas Eles encontram - Se ligados aos setores do trabalho no consumo organizado, no consumo dominado. Esses espaços separados da produção, como se fosse possível aí ignorar o trabalho produtivo, [...] aos quais se procura dar um ar de liberdade e de festa, que povoa de signos que não têm a produção e o trabalho por significados, encontram - Se precisamente ligados ao trabalho produtivo. [...] São precisamente lugares nos quais se reproduzem as relações de produção, o que não exclui, mas inclui, a reprodução pura e simples da força de trabalho. (p.49-50)

Dentro do que foi relatado sobre a problemática que tem esses espaços, as praias de Cabo Branco e Tambaú representam esse retrato, por terem um grande aparato de atração turística, como bares e restaurantes caros, edifícios residenciais e hotéis luxuosos, etc. Para os responsáveis pela construção de todos esses aparatos, a praia é o lugar ideal para a idealização de tudo que atraia os consumidores. Dessa forma, é feita a adaptação da natureza conforme seja o melhor para facilitar a vivência daquele que podem pagar para esse acesso.

Segundo Lefebvre (2008):

A natureza, como o espaço, com o espaço, é simultaneamente posta em pedaços, fragmentada, vendida por fragmentos e ocupada globalmente. É destruída como tal e remanejada segundo as exigências da sociedade neocapitalista. As exigências da recondução das relações sociais envolvem, assim, a venalidade generalizada da própria natureza. (P.54)

Nessas praias realmente se encontram um conjunto de objetos necessários para o turismo da cidade, sua maior parte ali desde a década de 1970, como exemplo, o Hotel Tambaú (1971), Artesanato de Tambaú (1974), Centro Turístico de Tambaú (1988), calçadão da orla e das avenidas Cabo Branco e Tamandaré (2004) (LEANDRO, 2006). Recentemente foi realizada uma grande reforma no Busto de Tamandaré, que envolveu a revitalização na estrutura para melhorar o local, já que, esse ponto é um dos mais visitados na orla de João Pessoa.

Existe muitas políticas públicas para incentivar o turismo na região Nordeste. No entanto, as transformações desses espaços não são somente feitas pela iniciativa privada ou pelo poder público. Como também a existência de trabalhadores informais cada vez maior nas ruas, modificando expressivamente estas áreas, fazendo com que a vida pública seja mudada, além do espaço público. (YÁZIGI, 2000).

Para entender o trabalhador informal é uma tarefa árdua, pois, essa categoria simboliza de forma clara a situação de complexidade, diversidade e desagregação, que toda classe trabalhadora está sujeita em meio às dinâmicas dos processos de desenvolvimento capitalista.

Figura 2: Hotel Tambaú. Ponto turístico de João Pessoa.



O hotel Tambaú teve sua construção na década de 1970, na zona leste do litoral da cidade de João Pessoa, com sua localização na praia de Tambaú. Devido a sua arquitetura, tornou-se um dos cartões postais da cidade.

Fonte: SEPLAN/PMJP

Como forma de propaganda, tem destacado a potencialidade das praias da cidade para o desenvolvimento do turismo de João Pessoa.

Figura 3: Atual revitalização do Busto de Tamandaré.



O Busto de Tamandaré é uma praça que está localizada entre as praias de Cabo Branco e Tambaú. Esse é um dos pontos da orla de João Pessoa mais visitados por turistas e pela população local.

Fonte: Trabalho de campo.

3 CAPÍTULO 2

AS TRAJETÓRIAS DOS TRABALHADORES INFORMAS DAS PRAIAS DE JOÃO PESSOA

Neste capítulo abordaremos, com base na análise das informações recolhidas, por meio do trabalho de campo, como se desenvolve o cotidiano dos trabalhadores informais das praias de Cabo Branco, Tambaú e Manaíra, em João Pessoa. Essa pesquisa nos proporcionou ter uma visão mais ampla sobre a informalidade, por meio do contato direto e de relatos ter conhecimento dos desafios diários desses trabalhadores e os descasos enfrentados na sua relação com a cidade.

3.1 Formação das cidades para o incentivo ao turismo

As cidades foram criadas com o objetivo de estabelecimento do homem a terra, assim como explica Spósito, M.E. (2000), que foi: “através do desenvolvimento da agricultura e da criação de animais, mas faltava a concretização da segunda condição, que é uma organização social mais complexa.” (p. 13). A formação das cidades está ligada a divisão social e territorial do trabalho. Essa divisão social do trabalho corresponde as variadas maneiras de produção e reprodução de vida pelos homens em sociedades históricas. Dessa forma, essa divisão fez com que surgissem as sociedades de classe, fundamentadas em hierarquias sociais e em embates entre si que persistiram. Além disso, a divisão do trabalho resultou em divisão espacial das atividades, como também dividindo os homens em classes sociais (CARLOS, 2005). Dessa forma, entende-se a divisão do trabalho não somente como um divisor de atividades com foco no desenvolvimento da produção e aperfeiçoamento do trabalho, no entanto, também é uma forma de dominação e alienação.

Com a divisão das atividades exercidas pela humanidade, fez com que surgisse também a separação entre campo e cidade, tendo em vista que, a cidade representa o urbano rico e moderno e o campo, seria o rural pobre e atrasado. No entanto, o campo e a cidade representam uma forma de divisão de trabalho, e é muito importante para o crescimento do capitalismo. Porém, de fato, campo e cidade não existem de forma separada. A relação entre esses espaços existe uma contradição, onde um proporciona a realização do outro.

Segundo Marx (2007):

A maior divisão do trabalho material e intelectual é a separação entre a cidade e o campo. A oposição entre a cidade e o campo surge com a passagem da barbárie para a civilização, da organização tribal para o Estado, do provincialismo para a nação, e persiste através de toda a história da civilização até nossos dias. [...] A existência da cidade implica ao mesmo tempo a necessidade da administração, da polícia, dos impostos etc., em uma palavra, a necessidade da organização comunitária e, portanto, da política em geral. Foi então que surgiu pela primeira vez a divisão da população em duas grandes classes, divisão essa que repousa diretamente sobre a divisão do trabalho e os instrumentos de produção. A cidade constitui o espaço da concentração, da população, dos instrumentos de produção, do capital, dos prazeres e das necessidades, ao passo que o campo evidencia o oposto, o isolamento e a dispersão. (p. 55).

O único meio essencial que leva a humanidade as formas de trabalho, produção e reprodução, é através da vida. Os ditames desse processo são tornados comuns pela natureza das relações de produção.

Segundo Carlos (2005):

O desenvolvimento histórico a partir da unidade dialética homem-natureza. Pelo processo de trabalho produz um espaço social, enquanto produto da existência humana, o espaço geográfico é construído no processo de desenvolvimento da sociedade. O processo de reprodução do espaço geográfico é determinado pela reprodução das relações sociais, fundamentada na divisão técnica e social do trabalho, em nível nacional e internacional, no âmbito da formação econômico-social. É na associação entre as determinações históricas específicas e as condições gerais do sistema que tal configuração será definida. (p. 29).

A cidade é o lugar propício para a comercialização diária dos trabalhadores informais ambulantes. Não diferente, na cidade de João Pessoa existe um grande número de trabalhadores informais que utiliza desses espaços para sua atividade. Eles estão nas praias e em locais próximos a elas. Esses trabalhadores exercem suas atividades de forma precária em razão da alta vulnerabilidade social, renda incerta, etc., porém, estão diariamente pela orla ou pelas areias da praia em busca do seu sustento.

O processo de desenvolvimento das cidades influenciou as mudanças ocorridas no âmbito do trabalho, nas desigualdades. E nas praias de João Pessoa, as atividades informais torna claro a precarização do trabalho. A disseminação da informalidade faz parte da “lógica de processos de urbanização em áreas sob a dominância do capitalismo dependente, pois aí ele se integra ao setor formal.” (RODRIGUEZ, 1980, p. 14).

Para Fernandes (1976), a criação da sociedade burguesa no Brasil foi compreendida a partir da perspectiva do desenvolvimento de uma espécie de “capitalismo dependente”, tendo como origem as heranças do período colonial. Capitalismo dependente é compreendido pela

união da burguesia com o capital internacional, ocorrendo mudanças na dinâmica do capitalismo mundial, havendo a ampliação de três formas de capitalismo: o monopolista, o moderno e o competitivo. Esse seria o suporte do capitalismo brasileiro, desenvolvendo internamente as indústrias e o comércio, simultaneamente. E por meio do complexo agrário-exportador, conservava vínculos com outros países capitalistas. Dessa forma, é distinguida a espécie do capitalismo criado no país, perdurado até a atualidade.

A informalidade vem cada vez mais tomando conta de mais espaços, ao nível de não termos a noção de sua extensão. No Brasil o principal fator que faz aumentar a informalidade é o desemprego. Não existe articulação entre políticas de trabalho, educação e assistência social. O nível de escolaridade é baixo e há poucos incentivos a profissionalização, o que gera carência de profissionais capacitados para o trabalho formal. Costa (1989) explica que “quando alguns fenômenos urbanos ocorrem, definindo, invadindo ou alterando espaços (ou lugares), os limites entre os agentes de tais fenômenos e os espaços por estes definidos, enquanto causa e efeito, tornam-se difusos, permeiam-se.” (p.15).

A informalidade e as situações de desemprego não provocam apenas consequências em termos de renda, mas, também, a divisão das pessoas em termos dos locais no qual frequentam. Nas praias de João Pessoa existem grandes diferenças na infraestrutura turística em relação às praias de Cabo Branco, Tambaú e Manaíra, com outras praias consideradas populares. As praias citadas têm ganhado destaque em termos da presença de turistas, além de custos mais elevados, em razão dos altos investimentos que essas praias recebem. Por exemplo, reforma do calçadão, implantação da ciclovia, dos letreiros do Busto de Tamandaré, a realização de shows e eventos, etc.

Para Leandro (2006), o processo do turismo urbano aconteceu primeiro na cidade de João Pessoa, caso comparado, por exemplo, com a cidade de Natal. A causa principal para esse processo em João Pessoa, ocorreu nos anos de 1980, com a construção da Avenida Litorânea, sobressaindo o foco de todos os aparatos turísticos nessa área, como exemplos hotéis, quiosques, restaurantes, etc. A Avenida Litorânea compreende a extensão que começa na cidade de cabedelo; na parte norte de João Pessoa, e vai se unindo com ruas dos bairros que passam por Poço e Intermares em Cabelo, Bessa Manaíra, Tambaú, Cabo Branco, abrangendo a área do Farol do Cabo Branco, indo até o Rio Cuiá, terminando no bairro Costa do Sol, localizado ao sul do bairro da Penha.

O trabalho informal tem como característica a tendência de ocupação de espaços, com rendimentos variados e sem facilidades e apoio do poder público. Dentro dessa categoria se

encontra o trabalhador informal ambulante, exercendo sua atividade de forma precarizada, utilizando desse espaço para seu trabalho e não para usufruir de uma prática de lazer. Essa grande diferença para o modo de utilização do espaço urbano, que coloca em discussão o método de dominação do capitalismo e da divisão social do trabalho.

Segundo Costa (1989):

Compreender o processo de transformação de determinados espaços urbanos remontados pela apropriação e pelo uso exercido pelos indivíduos pressupõe que tal apropriação implica numa reação da cidade. A montagem que se dá em tais espaços e os transforma em lugares ou em ambientes com determinadas características é, por fim, a expressão da própria cidade, revelando sua história e permitindo a avaliação de suas condições, necessidades e desejos; avaliando, da mesma forma, o quanto as intervenções institucionais no espaço da cidade estão para permitir seus movimentos e ações, ou se são apenas barreiras provisórias para aplacar seus conflitos. (p. 18).

O comercio informal e ambulante, principalmente o das praias, proporcionam recursos específicos para a sobrevivência. Requer um manejo adequado para as mercadorias, o deslocamento e o tempo de trabalho proporcional a movimentação de pessoas nas praias, adaptação improvisada para colocar à mostra os produtos para a venda, etc. O que, de acordo com Costa (1989), estabelece “um novo espaço e um novo uso, expresso em linguagem característica e organizado segundo regras próprias” (p. 24).

Para analisar o espaço urbano em João Pessoa é preciso evidenciar as transformações que ocorreram na cidade desde o início da sua fundação, no meio econômico, cultural e social. Segundo Rodriguez (1980), o processo de urbanização ocorrida nessa cidade, foi criado e continua, principalmente, com o intuito de suprir as procuras da acumulação do capital. Esse processo, em João Pessoa ocasionou a ruína da qualidade de vida da população. No entanto, duas das grandes e principais transformações em João pessoa, no ponto de vista do desenvolvimento da urbanização, foi a construção da Avenida Epitácio Pessoa, em 1940, facilitando a população em ter acesso ao mar, como também a construção de moradias nas proximidades das praias. E em 1955, ocorreu a fundação da Universidade Federal da Paraíba, o qual ocasionou um grande impacto nas mudanças espaciais e demográficas do estado.

De acordo com Rodriguez (1980):

Achamos ainda oportuno lembrar que a Grande João Pessoa não poderia, evidentemente, deixar de refletir os caracteres próprios das áreas que estão sob a égide do capitalismo monopolista, ao lado das evidências da dependência brasileira ao capital internacional. Com efeito, a lógica do sistema capitalista mantém certas

condições que vão garantir um determinado padrão de relações de produção, sob o comportamento dialético, diante da constante reposição dos pressupostos que alimentam esse modo de produção. (p. 62).

A complexidade da área urbana de João Pessoa, principalmente, o foco da pesquisa, as praias de Cabo Branco, Tambaú e Manaíra, torna ainda mais evidente o trabalho informal. Os trabalhadores ambulantes que comercializam por toda localidade. São praias com altos números de usuários das atividades de turismo e lazer. Em torno dessas praias se encontram bairros composto por populações de grande maioria de alto poder aquisitivo.

3.2 Os trabalhadores informais e seu trabalho nas praias de Cabo Branco, Tambaú e Manaíra

Existe uma grande variedade de serviços e produtos que estão sendo comercializados pelos trabalhadores informais nas praias pesquisadas, são resultados das necessidades que a cultura de praia requer, e estando também ligada diretamente com a cultura de lazer. A comercialização de acessórios, produtos de gênero alimentícios, além de vários outros serviços, compartilham dos calçadões e das areias das praias.

A seguir, na tabela 2, está a listagem dos serviços e produtos comercializados pelos trabalhadores informais entrevistados nas praias de Cabo Branco, Tambaú e Manaíra.

Tabela 2– serviços e produtos comercializados pelos trabalhadores informais entrevistados nas praias.

Serviços e Produtos	Quantidade de Pessoas Que Comercializam Estes Serviços e Produtos.
Vendedor de Picolé	2
Serviço de Guarda-Sol	4
Vendedor de Óculos	1
Vendedor de Drinks	1
Vendedor de Saída de Banho	1
Vendedor de Protetor Solar e Bronzeador	1

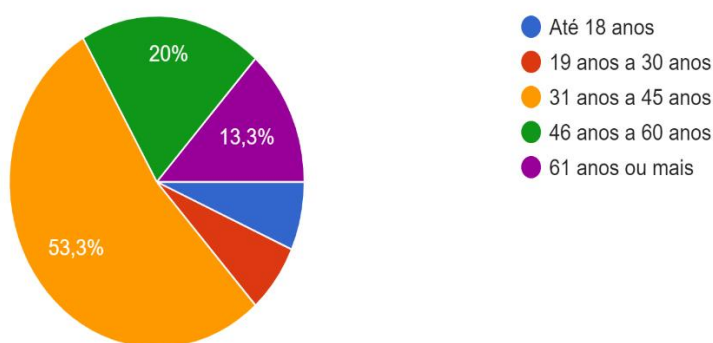
Vendedor de Água de Coco	2
Vendedor de Água Mineral	1
Vendedor de Camarão	1
Vendedor de Salgados	1

Fonte: Elaboração própria.

Referindo-se a faixa etária, para se tornar mais clara a distribuição das idades dos trabalhadores entrevistados. Pois, é notório que a predominância de idade dos trabalhadores está entre 31 anos a 45 anos, como pode ser visto no gráfico 1.

Gráfico 1– Grupo etário dos trabalhadores informais entrevistados.

Grupo Etário dos Trabalhadores Informais
15 respostas



Fonte: Elaboração própria.

Observa-se que, existem pessoas ainda mais jovens trabalhando nas praias. Conforme mostra o gráfico a cima, 6,7% dos entrevistados têm até 18 anos, enquanto que outros 6,7% têm entre 19 anos a 30 anos. Mais da metade dos entrevistados, 53,3%, tem entre 31 anos a 45 anos. Essas são faixas etárias de pessoas que deveriam estar inseridas no mercado de trabalho formal, ou seja, a informalidade não se resume apenas em pessoas com idade acima do adequado para o trabalho formal. E são inúmeras as causas que levam estes trabalhadores para praticarem estas

atividades. Vai desde ser a única opção de trabalho, até ser uma forma de complementação de renda. Porém, as justificativas que mais prevalecem como fator principal para a informalidade ser a fonte de renda desses trabalhadores, é a falta de oportunidade no mercado de trabalho formal.

Os trabalhadores integram o que é conhecido como População Economicamente Ativa (PEA), esta definição foi criada pelo IBGE, e a qual se entende por “compreende o potencial de mão-de-obra com que pode contar o setor produtivo, isto é, a população ocupada e a população desocupada”. (IBGE). As classificações para a população ocupada, segundo o instituto é:

- a. Empregados – aquelas pessoas que trabalham para um empregador ou mais, cumprindo uma jornada de trabalho, recebendo em contrapartida uma remuneração em dinheiro ou outra forma de pagamento (moradia, alimentação, vestuário etc.). (...) Os empregados são classificados segundo a existência ou não de carteira de trabalho assinada.
- b. Conta Própria – aquelas pessoas que exploram uma atividade econômica ou exercem uma profissão ou ofício, sem empregados.
- c. Empregadores – aquelas pessoas que exploram uma atividade econômica ou exercem uma profissão ou ofício, com auxílio de um ou mais empregados.
- d. Não Remunerados – aquelas pessoas que exercem uma ocupação econômica, sem remuneração, pelo menos 1 horas na semana, em ajuda a membro da unidade domiciliar em sua atividade econômica, ou em ajuda a instituições religiosas, beneficentes ou de cooperativismo, ou, ainda, como aprendiz ou estagiário. (IBGE).

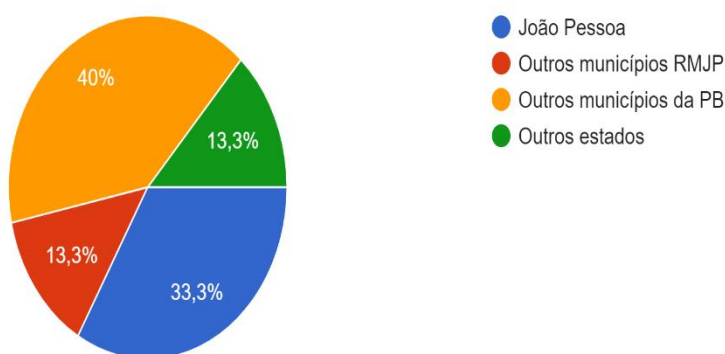
A pesquisa identificou, também, que outra causa para que trabalhadores passem a trabalhar na informalidade é o fato de terem sido demitidos durante a pandemia do vírus da COVID-19. Aqui no Brasil a pandemia teve início no começo do ano de 2020, causando graves problemas para a saúde da população, por se tratar de vírus mortal. Porém, não foram somente problemas na saúde, até o presente momento, a população também sofre com as consequências do desemprego. Durante esse período, muitas empresas fecharam ou tiveram que demitir uma parte dos funcionários. Foi caso do Sr. Alexandre, de 40 anos, trabalhou formalmente durante 20 anos, como Barman em um bar. Com a pandemia todos os bares e restaurantes tiveram que fechar. Pela necessidade de obter uma renda, o Sr. Alexandre, juntamente com sua esposa tiveram a ideia de ir trabalhar vendendo drinks na praia.

Um dos entrevistados, é natural de Guarabira, na Paraíba. Durante a pesquisa foi observado que a maioria dos trabalhadores informais que estão em atividade nas praias, não são naturais de João Pessoa, ainda que se observe o caso de pessoas oriundas de outras cidades da Paraíba, e de outros estados. Ao todo, são 8 municípios paraibanos de origem dos trabalhadores.

Porém, se for considerados os municípios de forma individual, tem predominância os trabalhadores que nasceram em João Pessoa, com 33,3% dos entrevistados. É o que mostra o gráfico 2.

Gráfico 2— origem dos trabalhadores informais entrevistados.

Origem dos Trabalhadores informais
15 respostas

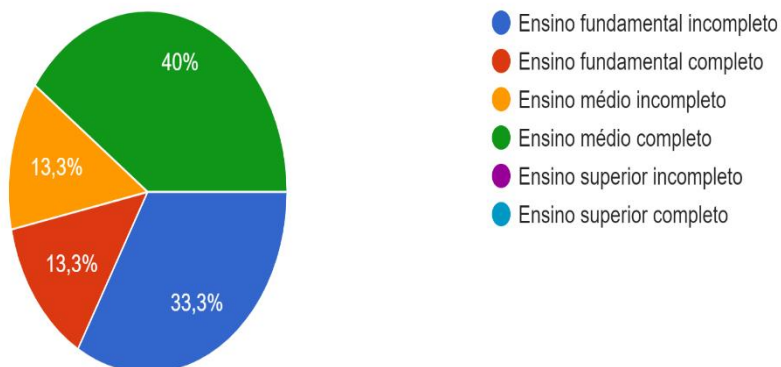


Fonte: Elaboração própria.

O grau de escolaridade é outro aspecto importante para a análise dos trabalhadores informais em suas situações socioeconômicas. A informação sobre o grau de escolaridade é caracterizada por resultados muito variados, conferindo a diversidade de escolaridade como padrão analisado, o que impede que indiquemos relação inequívoca entre baixa escolaridade e informalidade. Ainda assim, destaca-se que 33,3% dos trabalhadores não terminaram o ensino fundamental, o que indica uma correlação entre o trabalho informal nestas praias e baixa escolarização. Todos os trabalhadores que foram entrevistados nesta pesquisa são alfabetizados. É observado o grau de escolaridade dos trabalhadores no gráfico 3.

Gráfico 3– Nível de escolaridade dos trabalhadores entrevistados.

Nível de escolaridade
15 respostas



Fonte: Elaboração própria.

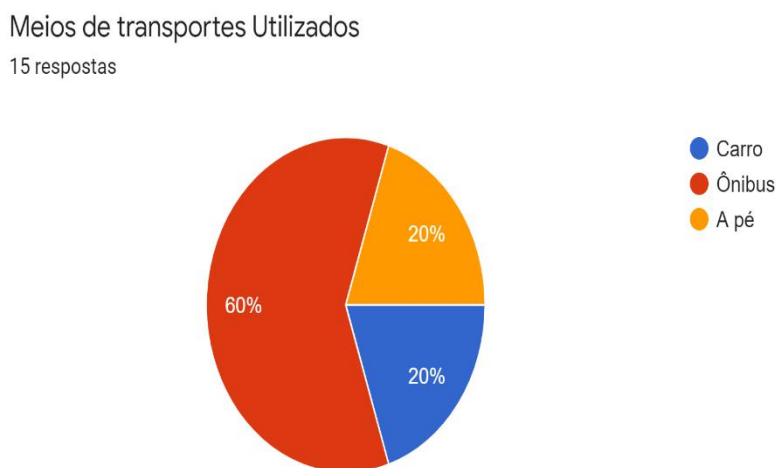
Na Paraíba existem números muito altos na taxa de analfabetismo, segundo uma pesquisa realizada pelo IBGE no ano de 2020, cerca de 19% dos homens e 13,5% das mulheres da Paraíba são analfabetos. Mesmo havendo melhorias significativas, no entanto, ainda é necessária uma ampla melhoria. Este é um fato que implica diretamente na situação socioeconômica, como também na qualidade de vida da população.

Pessoa que deixaram os estudos para se dedicarem ao trabalho, não é uma realidade apenas observada na Paraíba, mas em todos os estados brasileiros. Trabalhadores que não terminaram sequer a alfabetização e foram para a roça ou para outras ocupações informais. Não conseguiram conciliar os estudos com o trabalho, e assim dar continuidade. Porém, dentre essas pessoas, estão as que sonham com uma vida melhor, e pretendem voltar aos estudos. Além de, que, uma parte desse dinheiro arrecadado com as vendas é uma fonte para a compra do material escolar.

Diante dos dados dessa pesquisa, 33,3% dos trabalhadores entrevistados não terminaram o ensino fundamental. É um quadro bastante relevante, ao qual, consequentemente leva para a falta de oportunidade no mercado de trabalho formal, para aqueles que possuem baixo nível de instrução. Ao passo que cada vez mais o mercado de trabalho formal vem exigindo maiores especializações.

A informalidade se enquadra como objetivo para a única alternativa para sobreviver, algo que se difere de apenas uma questão de opção. Isso é perceptível quando observado na entrevista, que os trabalhadores informais utilizam dos possíveis meios de transporte, para assim exercer suas atividades nas praias. A grande parte dos trabalhadores entrevistados, 60%, dependem do uso dos ônibus para chegarem à praia. São trabalhadores que não moram próximas as praias, não possuem meios de transporte próprios e precisam fazer o deslocamento até o local de trabalho, pela necessidade de ter uma renda, e o uso dos ônibus é a única alternativa. Foram observados a utilização de outros meios, como por exemplo, motos e bicicletas. No gráfico 4 podemos verificar os transportes utilizados pelos entrevistados.

Gráfico 4- Meio de transporte utilizado pelos trabalhadores informais entrevistados.



Fonte: Elaboração própria.

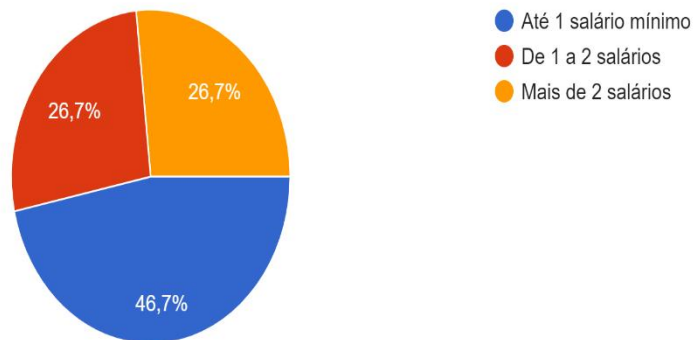
Visto que, uma parcela dos trabalhadores das praias trabalha fazendo o manuseio de grandes objetos que não é possível transportarem nos ônibus, como exemplo, o caso das pessoas que fazem uso de carrinhos adaptados para a venda de bebidas geladas, como água mineral, refrigerantes, água de coco, cerveja, etc. Nesse caso, quando foi perguntado como era feito o transporte desses objetos, muitos responderam que pessoas conhecidas e que tem residência próxima ou donos de quiosques, se disponibilizaram com a ajuda para guardar esses carrinhos, como também as mercadorias de comercialização.

Quando questionados sobre a renda mensal do trabalho informal que exercem, todos responderam que depende muitos do movimento das praias, da quantidade de usuários dessas

mercadorias, mas, é demonstrado na pesquisa que a maioria tem uma arrecadação mensal em média de até um salário mínimo, como podemos verificar no gráfico 5.

Gráfico 5- Renda mensal dos trabalhadores informais entrevistados.

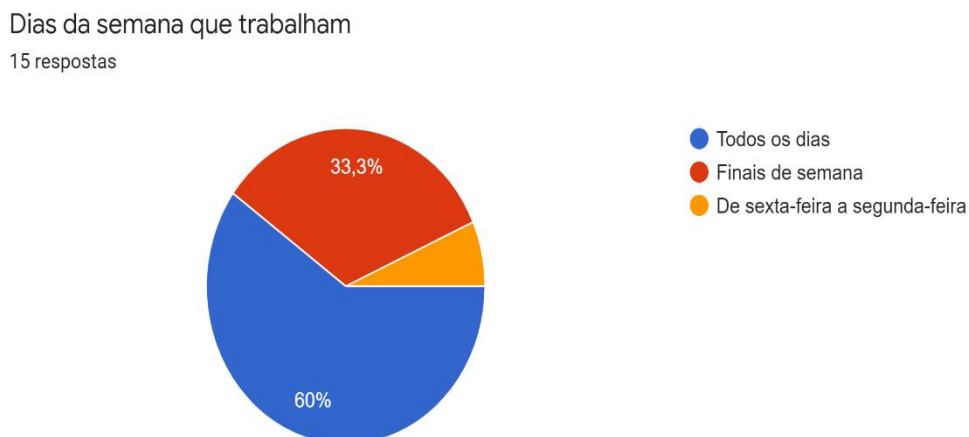
Renda mensal do trabalho
15 respostas



Fonte: Elaboração própria.

Muitos não têm a segurança de saber exatamente do arrecadamento mensal da sua atividade, justamente pelo fato da instabilidade dessa profissão. São trabalhadores totalmente dependentes do fluxo de pessoas nas praias e principalmente das estações do ano, no verão as praias estão lotadas, a arrecadação é maior, em época de chuva, as praias estão mais vazias, conseqüentemente, havendo uma arrecadação menor. Isso acaba influenciando diretamente no ganho, sendo complicado ter o comando da parte financeira. Estes trabalhadores informais em sua grande maioria estão trabalhando todos os dias nas praias, em busca de um ganho maior, para proporcionar melhores condições de vida para sua família. Conforme o gráfico 6 mostra.

Gráfico 6– Dias da semana que os trabalhadores informais trabalham nas praias.



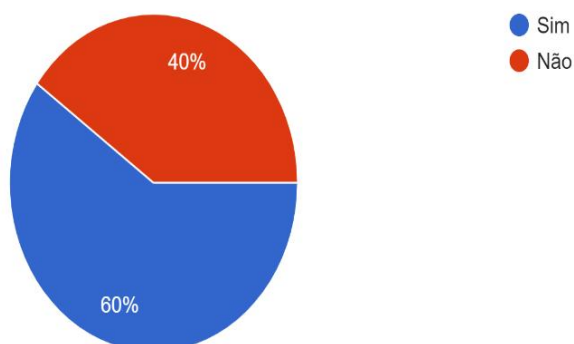
Fonte: Próprio trabalho de campo.

Em seus relatos sobre as condições que trabalham, alguns falaram que não possuem hora para o almoço, fazendo essa refeição no horário que dá certo. Além de não terem proteção social, fazem esse trabalho continuamente sem férias ou descanso. Indicando um alto grau de precariedade e exaustão no trabalho, e pensando nisso, como também na segurança financeira, que alguns querem um emprego formal.

Porém, quando questionados sobre o trabalho formal, 60% dos trabalhadores já trabalharam formalmente o que significa uma experiência prévia com trabalho protegido e direitos trabalhistas. No entanto, observa-se que entre os entrevistados, 60% afirmou que não voltaria a trabalhar com empregos formais. Entre as razões, alegam estarem satisfeitos com o trabalho que exercem, o que pode significar relativo conformismo estabelecido com algumas poucas vantagens que esse tipo de atividade proporciona, tais como liberdade em decidir o que laborar, em elaborar o próprio horário, etc. No entanto, observa-se que os 60% dos entrevistados que já trabalharam formalmente, são os mesmo que relataram estarem preocupados com a segurança de renda e a proteção social, e mostram interesse em voltar para formalidade. Isso pode estar atrelado ao pouco acesso as informações e por nenhuma orientação que essas pessoas recebem. Conforme comparados os gráficos 7 e 8.

Gráfico 7- Trabalho formal anterior dos trabalhadores informais entrevistados.

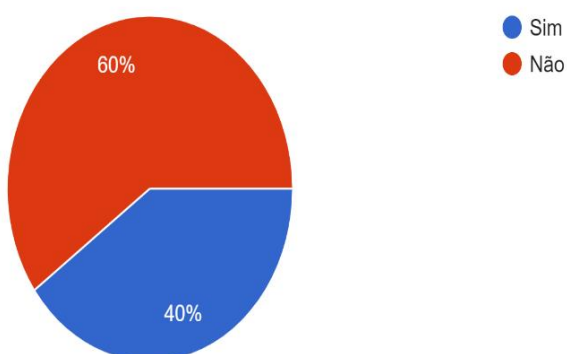
Trabalhou formalmente
15 respostas



Fonte: Elaboração própria.

Gráfico 8– Pretensão de trabalhar formalmente dos trabalhadores informais entrevistados.

Trabalharia formalmente
15 respostas



Fonte: Elaboração própria.

Esse contentamento com o trabalho informal e não querer trabalhar formalmente está atribuído ao fato de muitos terem a noção de que o grau de escolaridade influencia bastante no mercado de trabalho formal, assim como também, a idade e a questão de saúde, tais justificativas foram relatadas pelos trabalhadores na entrevista.

Para alguns trabalhadores informais o contentamento está ligado a questão de horários, não ter patrão, pois, esse trabalhador exerce sua atividade por conta própria, e também ter a possibilidade de ganhar mais que um salário mínimo. Porém, o trabalho informal há nele inúmeras desvantagens, como: não ter carteira assinada, ausência de férias e remuneradas, auxílios no caso de doenças ou algum imprevisto, não ter renda fixa, etc. Não contribuir com a previdência, acaba prejudicando a aposentadoria.

3.3 A cidade como direito para todos

Os trabalhadores informais entrevistados afirmaram que utilizam as praias, de modo quase que exclusivo para o exercício do seu trabalho. O momento de lazer e descanso, quando tidos, são usufruídos em suas próprias casas ou em seus bairros, longe das praias. A utilização do solo de forma desproporcional é característica da disparidade dominante nas cidades capitalistas.

Diariamente o trabalho de forma precarizado do trabalhador informal, espelha, notoriamente, a existência do poder de exclusão da cidade capitalista. No bairro onde reside a maioria dos informais, não existe o alto padrão de valorização que a praia tem, nem a atração para comércios, porém, é o lugar onde foi oferecido a oportunidade de morar. A desigualdade pertinente que se estende sobre a população mais pobre, entre o bairro lugar de moradia e o bairro lugar de trabalho, não é por acaso, isso pertence ao sistema do método ao qual todas as cidades pertencentes ao capitalismo estão submissas.

Segundo Carlos (2005):

À sociedade é tirado o direito à cidade. A propriedade privada disciplina o uso – quem não tem acesso à propriedade da terra é invasor – determinando a distribuição das atividades e o acesso ao solo enquanto a polícia “mantém a ordem”. Até os espaços públicos (secretarias de governo, praças, avenidas) são subtraídos à sociedade, na medida em que seu uso é determinado pelas circunstâncias. (p. 86)

A ação de estabelecer restrições ao trabalhador informal para a utilização do espaço público, firmada ao domínio pelo poder público, e este, por sua vez, está geralmente submetida às ordens do particular. Isso é presenciado em todos os lugares de João Pessoa, que se encontram os trabalhadores informais tirando seu sustento, principalmente na orla da cidade.

A locomoção dos trabalhadores informais ambulantes não se limita somente as praias. Esse tipo de trabalhador tem que ir até os lugares onde se encontram o maior fluxo de pessoas, propício para a comercialização de sua mercadoria. Dessa forma, a circulação dos trabalhadores se estende para outros bairros da cidade. Eles saem de suas residências e vão à procura de locais adequados para o exercício de sua atividade.

Os bairros de João Pessoa apresentam distintas características socioespaciais que são notadas com facilidade ao decorrer de toda cidade, da mesma forma que existe em toda cidade do Brasil. As condições de vida das pessoas que moram, muitas vezes, em bairros vizinhos a outros bairros de classe alta, são condições totalmente desiguais. O que leva a ser considerado a situação de inclusão e exclusão social, a qual, está submetida e vivenciada pela população das cidades. Sofrendo com a ação da exclusão social das sociedades, a população mais pobre.

Essa análise sobre os critérios de inclusão e exclusão social do espaço socioespacial da cidade, se dá pelo fato da grande maioria dos trabalhadores informais estarem dentro do espaço urbano de Joao Pessoa, e por morarem em bairros periféricos, pobres, se comparados com os bairros com os bairros de Cabo Branco, Tambaú e Manaíra, por exemplo. Da maneira como se comporta uma cidade capitalista.

Segundo Sposati (2010):

A discussão sobre a exclusão ou a inclusão social não é consenso. Há diferentes posicionamentos teóricos e analíticos sobre o tema, que estão presentes nos debates em vários contextos, envolvendo desde militantes de movimentos sociais, os mais diversos, até pesquisadores locados em universidades, passando pelos formuladores de políticas públicas atuantes nos órgãos e instituições das prefeituras. É preciso também lembrar as versões de inclusão social nos programas de governo e de partidos políticos. (p. 21).

Para a autora, essa discussão se dá em resultado da falta de experiencia do Brasil no sentido de ação de democratizar. Sendo isso os aspectos que atribuíram para a população do país, condições de inclusão social. A justificativa da autora em relação aos critérios de avaliação da inclusão e exclusão social, teve como referência o Padrão Básico de Inclusão (PBI), que tem como objetivo “uma forma de simbolizar, no campo quantitativo, uma condição considerada como desejável num dado momento histórico e numa dada realidade como representativa do ponto de partida da inclusão” (SPOSATI, 2010, p. 23). Isto é, conforme a formação histórica, a inclusão social é tida como uma utopia. A avaliação para a formação do Padrão Básico de

Inclusão, são: Equidade, qualidade de vida, desenvolvimento humano e autonomia. De acordo com a afirmação feita pela autora,

O conceito de autonomia é compreendido [...] como a capacidade e a possibilidade do cidadão em suprir suas necessidades vitais, especiais, culturais, políticas e sociais, sob as condições de respeito às ideias individuais e coletivas, supondo uma relação com o mercado, onde parte das necessidades deve ser adquirida, e com o Estado, responsável por assegurar outra parte das necessidades; a possibilidade de exercício de sua liberdade, tendo reconhecida a sua dignidade, e a possibilidade de representar, pública e partidariamente os seus interesses sem ser obstaculizado por ações de violação dos direitos humanos e políticos ou pelo cerceamento à sua expressão. [...] Este é o campo dos direitos humanos fundamentais.

[...] qualidade de vida [...] é a possibilidade de melhor redistribuição – e usufruto – da riqueza social e tecnológica aos cidadãos de uma comunidade; a garantia de um ambiente de desenvolvimento ecológico e participativo de respeito ao homem e à natureza, com o menor grau de degradação e precariedade.

Equidade é entendida como possibilidade de as diferenças serem manifestadas e respeitadas, sem discriminação; condição que favoreça o combate das práticas de subordinação ou de preconceito em relação às diferenças de gênero, políticas, étnicas, religiosas, culturais, de minorias, etc.

O desenvolvimento humano é a possibilidade de todos os cidadãos de uma sociedade, melhor desenvolverem seu potencial com menor grau possível de privação e de sofrimento; a possibilidade de a sociedade poder usufruir coletivamente do mais alto grau de capacidade humana. (p. 26-27).

Sabemos que no bairro de Cabo Branco, mais precisamente, na praia de Cabo Branco, tem a existência de um forte apelo turístico, toda sua paisagem é esquematizada de forma para um maior e melhor lazer e para o consumo. Nessa localidade há a realização de diversos eventos, justamente por essa praia ter maior preferência, por concentrar grandes empreendimentos, como o setor de construção, a indústria de turismo e hotéis, que procuram obter lucros vendendo esta paisagem.

3.4 As restrições do trabalho informal na sociedade e pelo poder público

Diariamente as praias são divididas entre as pessoas a procura de lazer e os trabalhadores informais no exercício de sua atividade. Porém, essa relação, uma vez ou outra, é conflituosa, simplesmente, pelo fato de que o trabalhador informal é tido pelo mercado formal como uma concorrência desleal, como exemplo, os preços mais baixos do setor informal, e também são vistos pela parte da sociedade como algo nem tanto favorável. Pois, muitas vezes, atualmente

na sociedade, o normal se resume somente o que está dentro da formalidade do trabalho, ou seja, quem são amparados por direitos trabalhistas que foram obtidos através da luta de classe.

No entanto, não se enquadra nesse normal imposto pela sociedade e, estar sujeito a passar por preconceitos. Essa normalidade também é atrelada a realização fixa do trabalho em um determinado lugar. Se o trabalho é feito na rua ou em estabelecimento, tem diferentes modos de significação.

Assim como para DaMatta (1997):

Quando digo então que “casa” e “rua” são categorias sociológicas para os brasileiros, estou afirmando que, entre nós, estas palavras não designam simplesmente [...] coisas físicas comensuráveis, mas acima de tudo entidades morais, esferas da ação social, províncias éticas dotadas de positividade, domínios culturais institucionalizados e, por causa disso, capazes de despertar emoções, reações, leis, orações, músicas e imagens esteticamente emolduradas e inspiradas. (1997, p. 8).

O trabalhador informal, por várias vezes, é mal visto pela sociedade, é um sujeito não confiável. Essa visão preconceituosa está vinculada ao sistema de formação social, onde só é valorizado aqueles estabelecimentos de grande porte, consequentemente, desvalorizando os pequenos comerciantes. Esse sistema de formação social é fundamentado em normas burguesa.

Na cidade de João Pessoa, as fiscalizações estão sempre em embates com os trabalhadores informais, e esses confrontos são noticiados constantemente pelos meios de comunicação. São embates violentos, remoções feitas forçadamente, porém, muitos desses trabalhadores voltam a esses lugares que são incessantemente não permitidos de trabalhar. Essa relação entre os órgãos fiscalizadores da prefeitura com os trabalhadores informais, deveria ser feita por meio de diálogos, para que os trabalhadores sejam ouvidos e assim terem seus argumentos avaliado e entendido.

Tem pessoas que defendem esse autoritarismo do poder público, sendo alegado a organização da cidade, o silêncio e a limpeza das ruas. Mas também tem aquelas pessoas que entendem que a vida não é fácil e cheia de limitações, tais limitações provocadas pela falta de oportunidade no mundo do trabalho formal, prejudicando esses trabalhadores e ocasionando nesse tipo de atividade.

De acordo com as normas da sociedade capitalista, diariamente os centros urbanos fazem com que se normalizem os problemas sociais. A alta precarização que o trabalhador informal está submetido, torna-se algo comum. Além disso, o trabalhador informal é extremamente discriminado, é visto como uma pessoa que não transmite segurança, não confiável. De acordo com Carlos (2005): “As relações coisificadas ocorrem através da mediação do dinheiro. A

cidade continua crescendo, atraindo pessoas, aspirando trabalho, separando indivíduo, gerando conflitos (latentes ou não), criando preconceitos.” (p. 14).

Figura 4: Notícia sobre ação violenta da prefeitura de João Pessoa contra trabalhadores ambulantes.

Paraíba

INÍCIO > CIDADES

TRUCULÊNCIA

Prefeitura de João Pessoa age com violência e leva embora mercadorias de ambulantes

Principalmente frutas e legumes, levaram embora sem nenhuma satisfação, legalidade ou respeito aos trabalhadores

Redação Bdf
Brasil de Fato | João Pessoa - PB | 17 de Agosto de 2019 às 13:39



Guarda Municipal age de forma truculenta - Foto extraída de vídeo

Na manhã desta sexta-feira (16), agentes da Guarda Municipal de João Pessoa agiram de forma truculenta contra os trabalhadores ambulantes do centro da cidade. Chegaram com violência arrancando os carrinhos e derrubando as mercadorias, principalmente frutas e legumes, e levaram embora sem nenhuma satisfação, legalidade ou respeito aos trabalhadores informais.

A política econômica do Governo Bolsonaro duplicou os números do desemprego na Paraíba nos últimos 2 anos, chegando a existir 194 mil pessoas desempregadas no Estado, de acordo com dados do IBGE de 2018. Um dos efeitos do problema é o aumento do trabalho informal, dos chamados "bicos para sobreviver".

Diante de um cenário de desemprego estrutural, a forma que a Prefeitura de João Pessoa lida com o problema não envolve diálogo com o povo e sim o uso da violência e abuso de poder por parte de sua Guarda Municipal, que destruiu bancas de verduras e intimidou brutalmente os trabalhadores ambulantes.

As ações da prefeitura contra os trabalhadores ambulantes fazem parte de uma política higienista e maquiada, de um projeto de cidade que exclui o povo mais pobre e se volta para os mais ricos.

Assista ao vídeo feito por ambulantes no local

Na imagem podemos ver a notícia de uma ação violenta da PMJP contra trabalhadores ambulantes, no centro da cidade. Nesse espaço encontra-se muitos trabalhadores informais.

Fonte: Brasil de Fato Paraíba, 2019.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho informal é um fenômeno social complexo e se constitui enquanto problema social abrangente, presente historicamente no Brasil. Por meio da pesquisa, reconhecemos que o trabalho informal se destaca como atividade produtiva de grande importância que, no entanto, é executada em condições de precariedade e desproteção social, por aqueles deixados de fora ou às margens do mercado formal – dado que a situação de informalidade pode permear situações de formalidade. De modo geral, o desenvolvimento das atividades informais das praias de Cabo Branco, Tambaú e Manaíra se dá através de serviços de pequena escala, e pelo comércio de produtos.

Os jovens entrevistados declararam que o trabalho que exercem se trata do seu primeiro emprego e encontraram na informalidade uma forma de sair do desemprego e adquirir independência financeira. Aproximadamente 99% dos trabalhadores entrevistados, têm como única atividade a realizada nas praias, em João Pessoa. Sendo realizadas em condições exaustivas de trabalho, com longas jornadas, rendimento incerto e sem garantias dos direitos sociais do trabalho, porém, essa ocupação é devido à falta de oportunidade e pelo desemprego.

Podemos ter como conclusão que essas pessoas que exercem seus trabalhos nas praias de Cabo Branco, Tambaú e Manaíra são verdadeiros guerreiros, pois suas atividades estão inseridas num espaço de ampla concorrência e disputa. O trabalho informal está comprovadamente caracterizado como fonte de sobrevivência das famílias, mesmo presente em situação de precariedade e desvalorização do trabalho.

Existe uma forte repreensão contra os trabalhadores informais no centro da cidade, nos bairros ou praias, em João Pessoa. Uma situação com problema de caráter socioeconômico, mas é de extrema importância, antes que sejam formadas opiniões equivocadas que os trabalhadores informais tenham suas necessidades atendidas e se sobressair em relação ao preconceito.

A informalização do trabalho está muito vinculada às relações de trabalho, é tanto de uma forma que, cada vez mais é corriqueiro encontrar nas cidades lojas regularmente formalizadas, fazendo a comercialização de mercadorias de caráter ilegal, mercadoria falsificada, etc.

É de extrema dificuldade investigar toda relação de trabalho a qual a informalidade faz parte, pela inviabilidade em acompanhar a dinâmica que ocorre neste universo, além de se tratar de algo muito presente atualmente no mundo do trabalho.

Harvey (2011), afirma que:

Aqueles que trabalham nas florestas e campos, no “setor informal” do trabalho intermitente nos becos das fábricas, nos serviços domésticos ou no setor de serviços em geral e o vasto exército de trabalhadores empregados na construção civil ou nas trincheiras (muitas vezes literalmente) da urbanização não podem ser tratados como atores secundários. Trabalham sob diferentes condições (muitas vezes com baixos salários, em trabalhos temporários e precários, no caso da construção e urbanização). Sua mobilidade, dispersão espacial e condições de trabalho individualizadas podem tornar mais difícil a construção de solidariedades de classe ou a criação de formas coletivas de organização. Sua presença política é mais frequentemente marcada por tumultos espontâneos e levantes voluntaristas [...], mais do que organização permanente. Mas eles têm plena consciência de suas condições de exploração e estão profundamente alienados por sua existência precária e muitas vezes revoltados com o policiamento brutal de suas vidas diárias pelo poder estatal. (p. 196).

É proposto nessa discussão um sinal de alerta para a conscientização de cada pessoa sobre a importância de uma sociedade ativa, e que não deve mais calar-se diante da falta de eficiência e responsabilidade de um sistema que propaga ideias ilusórias sobre valores de igualdade, e ao mesmo tempo faz de tudo para tentar calar a voz daqueles que tomam partido e querem representar uma parte da classe trabalhadora completamente vulnerável. Também sabemos que a informalidade colabora com a transformação da cidade, por esse motivo, é válido darmos importância para que aconteça a propagação desse debate.

6 REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo (Org.). **A dialética do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 10 ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2005.
- ANTUNES, R. **Os Sentidos do trabalho**: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2009.
- BRASIL DE FATO PB. Prefeitura de João Pessoa age com violência e leva embora mercadorias deambulantes. **Brasil de fato Paraíba**, João Pessoa, 17 de agosto de 2019. Disponível em: <<https://www.brasildefatopb.com.br/2019/08/17/prefeitura-de-joao-pessoa-age-com-violencia-e-leva-embora-mercadorias-de-ambulantes>>.
- CACCIAMALI, M. C. **Globalização e processo de informalidade**. Economia e Sociedade, Campinas, v.9, n. 1, p. 153-174, 2000.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A Cidade**. 8 ed. São Paulo: Contexto, 2005. – (Repensando a Geografia).
- CONSERVA, Marinalva de Sousa; ARAÚJO, Anísio José da Silva. **Informalidade e Precarização nos Mundos do Trabalho**. In: Teoria Política e Social. V. 1. N. 1, dez. 2008.
- COSTA, Elizabeth Goldfarb. **Anel, cordão, perfume barato**: uma literatura do espaço do ambulante na cidade de São Paulo. São Paulo: Nova Stella: Editora da Universidade de São Paulo, 1989.
- CRUZ, Rita de Cássia. **Política de turismo e território**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2002.
- DAMATTA, Roberto. **A casa & a rua**: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. 5 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- FURTADO, Celso. **A fantasia desfeita**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. Histórico de João Pessoa. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=250750&search=paraibaljoao-pessoa|infograficos>: Acesso em: 15/03/2022
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Notas Metodológicas**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme/pmemet2.shtm>>. Acesso em: 15/03/2022.
- JACKOBSEN, Kjeld. MARTINS, Renato. DOMBROWSKI, Osmir. (Orgs.). **Mapa do trabalho informal**: perfil socioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.
- JAKOBSEN, K; et al. **Mapa do Trabalho Informal**. São Paulo: Col. Brasil Urgente – Fundação Perseu Abramo, 1996.

JOÃO PESSOA. Prefeitura Municipal. **Planejamento**. Disponível em: <<https://www.joaopessoa.pb.gov.br/secretaria/seplan/>> Acesso em: 10/04/2022.

LEFÈBVRE, Henri. **Espaço e política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LEANDRO, Aldo Gomes. **O turismo em João Pessoa e a construção da imagem da cidade**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006.

LIMA, Thiago Almeida. **Zonas Especiais de Interesse Social: a institucionalização da segregação sócio-espacial em João Pessoa – PB**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

MALAGUTI, Manoel Luiz. **Crítica à razão informal: a imaterialidade do salariado**. São Paulo: Boitempo; Vitória: EDUFES, 2000.

MARX, K. **O Capital**. São Paulo: Nova Cultural, 1996. Livro I, vols. 1 e 2. (Coleção Os economistas).

MARX, Karl. **A ideologia alemã**. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

OURIQUES, Helton Ricardo. **A produção do turismo: fetichismo e dependência**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2005.

POCHMANN, M. **O Trabalho sob Fogo Cruzado**. São Paulo: Contexto, 2002.

_____. **O emprego na globalização**. São Paulo: Biotempo, 2001.

_____. **País é prisioneiro da elite nacional**. São Paulo: Revista Sem Terra –entrevista com o jornalista Igor Felipe Santos, 2006. Disponível no site <http://www.brasildefato.com.br/v01/impreso/anteriores/157/nacional/materia>. Acesso em: 02/03/2022.

PAMPLONA, J. B. **A Atividade Informal do Comércio de Rua e a Região Central de São Paulo**. In: COMIN, Álvaro A.; SOMEKH, Nádia. Caminhos para o Centro: estratégias de Desenvolvimento para a região central de São Paulo. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

RAMOS, Daniel da Rocha. **A invenção da praia e a produção do espaço: dinâmicas de uso e ocupação do litoral do ES**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - PPGAU/Universidade Federal do Espírito Santo, 2009.

RAMOS, Lauro. **A evolução da informalidade no Brasil metropolitano: 1991-2001**. Rio de Janeiro: IPEA, Texto para discussão n. 914, 10 p., 2002.

RODRIGUEZ, Janete Lins. **Acumulação de capital e produção de espaço: o caso da Grande João Pessoa**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1980.

SANTOS, J. B. F. **O avesso da maldição do Gênesis: a saga de quem não tem trabalho / A construção de uma sociedade de desempregados**. São Paulo: Annablume; Fortaleza; Secretaria de cultura e desporto do Governo do Estado do Ceará, 2000.

SILVA, Jailson de Souza e; BARBOSA, Jorge Luiz. **O sentido do trabalho informal na construção de alternativas socioeconômicas e o seu perfil no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: UFF/RJ/-IETS, 2001.

SILVA, Jorge Luiz Teles da. et al. **A Informalidade no Mercado de Trabalho Brasileiro e as Políticas Públicas do Governo Federal**. Estudo elaborado pelo Observatório do Mercado de Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Salvador, 2002.

SILVA, M. L. L. **Previdência Social no Brasil**: (des) estruturação do trabalho e condições para sua universalização. São Paulo: Cortez, 2012.

SPOSATI, Aldaíza (Coord.); RAMOS, Frederico; KOGA, Dirce; CONSERVA, Marinalva; SILVEIRA JR., José Constantino; GAMBARDELLA, Alice. **Topografia social da cidade de João Pessoa**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010.

SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e Urbanização**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

TAVARES, M. A. **Os fios (in)visíveis da produção**: informalidade e precarização do trabalho no capitalismo contemporâneo. Rio de Janeiro, UFRJ, Tese de Doutorado, 2002.

VASAPOLLO, Luciano. **Por uma política de classe**: uma interpretação marxista do mundo globalizado. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

YÁZIGI, Eduardo. **O mundo das calçadas**. São Paulo: Humanitas/FFLCH6/USP; Imprensa Oficial do Estado, 2000.

7 ANEXO A: ROTEIRO – ENTREVISTA
PESQUISA DE CAMPO

I – IDENTIFICAÇÃO

Pesquisador: _____

Local: _____

Data: _____

II - DADOS PESSOAIS

1.Nome: _____

2.Idade _____ 3. Naturalidade: _____

3.Bairro onde mora: _____

4. Tipo de residência: ____própria ____alugada ____

5.Nível de escolaridade

____Ensino fundamental incompleta; ____Ensino fundamental completo; ____Ensino médio incompleto; ____Ensino médio completo; ____Ensino superior incompleto; ____Ensino superior completo

III – COMPOSIÇÃO FAMILIAR

6. Reside com a família? ____Sim ____Não

6.1. Os membros da sua família: ____Pai; ____Filho (nº ____); ____Mãe; ____Cônjuge; ____Irmão(nº ____); ____outros

IV – CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS

7. Sua família trabalha com você? ____Sim ____Não

7.1 Quem? _____

8.Recebe ajuda econômica: ____Sim ____Não

8.1. ____Bolsa Família ____Aposentadoria ____Pensão

8.2. Qual o meio de transporte utiliza para se dirigir até o trabalho?

____Carro ____Moto ____Ônibus ____Bicicleta ____outro (Qual? _____)

V. SOBRE O TRABALHO INFORMAL

9. Qual atividade exerce na praia: _____

9.1. Quais dias da semana? _____

10. Por qual motivo começou a trabalhar na praia?

11. Realiza algum outro trabalho? ____ Sim ____ Não

11.1. Qual? _____

12. Já trabalhou formalmente? ____ Sim ____ Não

12.1. Por quanto tempo?

13. Trabalharia formalmente? ____ Sim ____ Não

13.1. Por que?

14. Qual a renda média mensal do seu trabalho? ____ Até 1 salário mínimo ____ de 1 a 2 salários
____ Mais de 2 salários

16. planeja continuar nesta atividade? ____ Sim ____ Não

16.1 Porque?

